

A P R E S E N T A Ç Ã O

Prezado(a) Aluno(a),

Este material está de acordo com o conteúdo programático pertinente ao Edital publicado em 18 de dezembro de 2017 para o cargo de Escrevente Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Interior.

São mais de mil e trezentas questões resolvidas e comentadas relacionadas às seguintes disciplinas, organizadas em três blocos distintos, conforme descrito abaixo:

BLOCO I

- Língua Portuguesa.

BLOCO II – CONHECIMENTOS EM DIREITO

- Direito Penal;
- Direito Processual Penal;
- Direito Processual Civil;
- Direito Constitucional;
- Direito Administrativo;
- Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

BLOCO III – CONHECIMENTOS GERAIS

- Atualidades;
Contempla questões relacionadas aos acontecimentos ocorridos de janeiro de 2018 a agosto de 2018.
- Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Matemática;
- Informática;
- Raciocínio Lógico.

A T E N Ç Ã O !

*Eventuais retificações serão disponibilizadas na sua **ÁREA DO ALUNO**, em **PDF**, de forma **GRATUITA**. Portanto, ao adquirir este material, não deixe de se cadastrar em nosso site com o **MESMO E-MAIL UTILIZADO NO ATO DA COMPRA**, pois esse cadastro é essencial para que você receba as referidas retificações que porventura surgirem.*

A sua opinião é muito importante para que possamos aperfeiçoar ainda mais os nossos materiais impressos. Dessa forma, caso tenha dúvidas, sugestões, elogios ou encontre alguma falha neste material, por favor, envie-nos e-mail para: **neaf-editora@neafconcursos.com.br** que retornaremos o mais breve possível.

Desejamos a você um excelente estudo!

Atenciosamente,

Equipe NEAF

CONHEÇA NOSSOS CURSOS PREPARATÓRIOS



<https://goo.gl/7yM6Ro>

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	1
QUESTÕES	1
GABARITO COMENTADO	48
DIREITO PENAL	89
QUESTÕES	89
GABARITO COMENTADO	98
DIREITO PROCESSUAL PENAL	123
QUESTÕES	123
GABARITO COMENTADO	135
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	159
QUESTÕES	159
GABARITO COMENTADO	177
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	215
QUESTÕES	215
GABARITO COMENTADO	227
DIREITO ADMINISTRATIVO	253
QUESTÕES	253
GABARITO COMENTADO	264
NORMAS DA CORREGEDORIA.....	283
QUESTÕES	283
GABARITO COMENTADO	297
ATUALIDADES	317
QUESTÕES	317
GABARITO COMENTADO	327
NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	337
QUESTÕES	337
GABARITO COMENTADO	343
MATEMÁTICA.....	355
QUESTÕES	355
GABARITO COMENTADO	364
INFORMÁTICA	381
QUESTÕES	381
GABARITO COMENTADO	397
RACIOCÍNIO LÓGICO	423
QUESTÕES	423
GABARITO COMENTADO	430

LÍNGUA PORTUGUESA

- 01.** Análise, compreensão e interpretação de diversos tipos de textos verbais, não verbais, literários e não literários.
- 02.** Informações literais e inferências possíveis.
- 03.** Ponto de vista do autor.
- 04.** Estruturação do texto: relações entre ideias; recursos de coesão.
- 05.** Significação contextual de palavras e expressões.
- 06.** Sinônimos e antônimos.
- 07.** Sentido próprio e figurado das palavras.
- 08.** Classes de palavras: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção.
- 09.** Concordância verbal e nominal.
- 10.** Regência verbal e nominal.
- 11.** Colocação pronominal.
- 12.** Crase.
- 13.** Pontuação.



QUESTÕES

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 07**.

Igualdade ou morte

Queremos sociedades mais iguais, mas estamos dispostos a pagar qualquer preço por isso? Talvez não. O historiador Walter Scheidel (Stanford) decidiu olhar para o passado em busca daquilo que realmente faz com que a renda seja mais bem distribuída e concluiu que só grandes catástrofes sociais dão conta da missão – e mesmo assim apenas por tempo limitado.

O resultado de suas pesquisas está em “The Great Leveler” (A Grande Niveladora). Ao longo de mais de 500 páginas, ele mostra com muita erudição histórica que a tendência geral das sociedades, desde a Idade da Pedra até hoje, é concentrar riqueza e que essa orientação só é revertida de forma um pouco mais visível em situações extremas das quais queremos manter total distância. Não é uma coincidência que o autor chame as forças niveladoras que identificou de quatro cavaleiros do apocalipse.

A primeira é a mobilização para guerras maciças. É só em circunstâncias assim que países conseguem impor sobre os ricos taxas que realmente mudam o perfil de concentração de renda, como se verificou na Segunda Guerra, quando alguns países criaram alíquotas de IR de mais de 80%.

A segunda são revoluções. Mas não vale qualquer rebeliãozinha. É preciso realmente pôr abaixo as estruturas sociais. As revoluções russa e chinesa conseguiram reduzir a disparidade de renda, a francesa, não.

Colapsos de Estado são a terceira. A igualdade aqui é atingida menos por esforços distributivos e mais pela destruição da riqueza.

Há, por fim, as megaepidemias. O exemplo clássico é a peste negra, que, ao dizimar até 40% da população de alguns países da Europa no fim da Idade Média, jogou o preço do trabalho na Lua.

Scheidel não chega a sugerir que a igualdade seja uma meta impossível. Não é porque as coisas foram assim até hoje que precisarão ser assim para sempre. Mas ele traz razões para suspeitarmos que a tarefa é difícil.

(Hélio Schwartsman. *Folha de S. Paulo*, 11.06.2017. Adaptado)

01. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) Assinale a alternativa correta a respeito das informações contidas no texto.

- A) Em seu livro, ao tratar das forças niveladoras que levam a sociedade a se reestruturar, Scheidel emprega a imagem dos quatro cavaleiros do apocalipse como metáfora de fartura.
- B) O fim das elites é uma decorrência das guerras mundiais, pois os ricos são obrigados a ceder todos os bens ao Estado, a fim de que este possa organizar a defesa bélica do país.
- C) As consequências de revoluções, como as ocorridas em países europeus, promovem alterações sociais que diminuem as disparidades entre as classes sociais.
- D) A crise na esfera do Estado gera situação mais igualitária não tanto pela divisão da riqueza disponível, mas sobretudo pela escassez dessa riqueza.
- E) As epidemias em larga escala, a exemplo da peste negra, conduzem ao caos social e à insegurança, o que leva ao aumento do preço dos bens de primeira necessidade.

02. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) Para evidenciar aos leitores a seriedade do trabalho realizado por Walter Scheidel, o autor ressalta

- A) a linguagem prolixa e o número excessivo de páginas da obra “The Great Leveler”.

- B) a convicção do historiador de que sociedades igualitárias são metas inviáveis.

- C) a criatividade do historiador ao relacionar democracia aos quatro cavaleiros do apocalipse.

- D) a decisão do historiador de restringir seus estudos a fatos ocorridos há vários séculos.

- E) o conhecimento acadêmico com que o historiador expõe seu ponto de vista.

03. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) É correto afirmar que os trechos, “Mas não vale qualquer rebeliãozinha” (4º parágrafo) e “jogou o preço do trabalho na Lua” (6º parágrafo) apresentam, respectivamente,

- A) condição e conformidade.
- B) condição e exagero.
- C) restrição e finalidade.
- D) restrição e advertência.
- E) simultaneidade e contradição.

04. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) Considere os termos destacados no trecho do segundo parágrafo.

... é **concentrar** riqueza e que essa **orientação** só é revertida de forma um pouco mais **visível** em situações **extremas**...

Esses termos podem ser substituídos, respectivamente e sem alteração do sentido do texto, por:

- A) agrupar; imposição; intangível; drásticas.
- B) juntar; obrigação; patente; inquietantes.
- C) acumular; direção; explícita; graves.
- D) difundir; postura; persuasiva; inexplicáveis.
- E) ostentar; visão; refutável; perigosas.

05. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) Lendo a primeira e a última frase do texto, é correto afirmar que o autor inicia seu artigo com

- A) uma pergunta capciosa e o conclui apresentando ideia considerada verdade universal.
- B) uma suposição e o conclui reiterando a descrença de Scheidel em sociedades mais justas.
- C) uma exemplificação e o conclui elogiando os estudos acurados do historiador.
- D) um questionamento e o conclui expondo incertezas acerca do surgimento de sociedades mais igualitárias.
- E) uma comparação e o conclui incitando o leitor a realizar a dura tarefa da luta pela igualdade social.

06. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) O historiador de Stanford decidiu reavaliar o **passado** para identificar os fatos que comprovadamente levaram a **sociedade** a distribuir a renda, e seu parecer é de que são as grandes catástrofes que realizam **essa missão**.

Os pronomes que substituem corretamente as expressões destacadas e estão adequadamente colocados na frase encontram-se na alternativa:

- A) reavaliá-lo ... a levaram ... a realizam
- B) reavaliá-lo ... levaram-na ... realizam-na
- C) reavaliá-lo ... a levaram ... realizam-na
- D) reavaliar-lhe ... levaram-na ... a realizam
- E) reavaliar-lhe ... a levaram ... realizam-na

07. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) Assinale a alternativa correta quanto à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.

- A) O trabalho à que o estudioso empreendeu relaciona-se ao campo socioeconômico.
 B) A tarefa de distribuir igualmente a renda, à que o historiador se refere, não é fácil.
 C) As cidades às quais passaram por megaepidemias viram sua população drasticamente reduzida.
 D) A obra, à qual o título pode ser traduzido por *A Grande Niveladora*, reúne as conclusões de Scheidel.
 E) A concentração de riqueza é tarefa à qual os grupos sociais poderosos sempre deram importância.

Leia o texto e responda às questões de números **08 a 13**.

No princípio era a fome

Nosso falar mole e descansado vem conservando, perante a comida, um respeitoso vínculo, profundo e quase umbilical.

Vítima da miséria secular, a gente brasileira encontrou nas metáforas ligadas à alimentação uma forma genuína de expressar-se, de representar e recriar o mundo.

Em um país de tanta abundância e tão pouca oportunidade para tantos, sabe-se que apenas alguns estão destinados a ficar por cima da carne seca e tirar a barriga da miséria. Nem nos causa estranheza que nossos ministros sejam fritos ou a liberação de recursos para a saúde e a educação seja eternamente cozinhada em fogo brando e mantida em banho-maria. Aliás, quem é que não sabe que tudo acaba em pizza?

No Brasil, *fast-food* e alopatia convivem na boa com a mamadeira, a canjica, os chás de erva-cidreira e erva-doce. Geleia global. Tudo bem que os americanos tenham o seu “piece of cake”, designativo das coisas fáceis de obter. Houve tempo em que eles só souberam da fartura e não sentiram na carne o que é ter de descascar um abacaxi, resolver um pepino, encerrar uma batata quente e enfrentar o angu de carço que é o nosso dia a dia. Afinal, mesmo em crise, eles ainda ganham em dólar. E comem como poucos...

Essas e outras tantas expressões, todo brasileiro sabe. Conhecê-las faz parte de nossa educação; desconhecê-las é menosprezar as motivações que têm alimentado nossa alma.

(José Paulo Oliveira. <https://groups.google.com/forum/#!topic/mensagensespeciais/OTtDv7GSxKA>. Acesso em 22.05.2018. Adaptado.)

08. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) De acordo com o texto, é correto afirmar que

- A) a inventividade do povo brasileiro o levou a criar palavras que, embora ainda não dicionarizadas, retratam o cotidiano.
 B) o desconhecimento de termos e expressões que fazem parte do campo semântico da alimentação é decorrente da baixa escolaridade de alguns brasileiros.
 C) a representação linguística do nosso contexto histórico e social também se faz pelo uso de metáforas relacionadas à alimentação.
 D) a discrepância entre a fartura alimentar existente no Brasil e nos EUA é fruto da imposição do dólar como única moeda de transação internacional.
 E) o ritmo e a cadência peculiares do falar brasileiro deram origem, diferentemente do que ocorreu em outros países lusófonos, a metáforas associadas à alimentação.

09. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) Assinale a alternativa correta a respeito das expressões adverbiais destacadas.

- A) Em “profundo e **quase** umbilical” (1º parágrafo), a circunstância é de intensidade, como em: Sentiu-se **bastante** satisfeito com o resultado.

B) Em “**tão** pouca oportunidade para tantos” (3º parágrafo), a circunstância é de intensidade, como em: Não disse **às claras** o que esperava de nós.

C) Em “seja **eternamente** cozinhada em fogo brando” (3º parágrafo), a circunstância é de tempo, como em: A cerimônia foi **bem** curta, pois poucos compareceram.

D) Em “*fast-food* e alopatia convivem **na boa**” (4º parágrafo), a circunstância é de modo, como em: Ele **jamaiz** se referiu a ela com desrespeito.

E) Em “eles **ainda** ganham em dólar” (4º parágrafo), a circunstância é de modo, como em: **Certamente** o homenageado fará um discurso.

10. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) Considere a frase elaborada a partir das ideias do texto.

O nosso dia a dia, _____ em um país com tanta fartura, é marcado pela luta pela sobrevivência, _____ muitos os brasileiros sem acesso às riquezas produzidas no país.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas dessa frase devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) caso vivamos ... por isso são
 B) porque vivemos ... mesmo que sejam
 C) desde que vivamos ... pois são
 D) embora vivamos ... visto que são
 E) assim que vivamos ... de modo que são

11. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) As preposições que contribuem para inserir no texto, respectivamente, as ideias de finalidade e de especificação do termo precedente estão destacadas em:

- A) a gente brasileira encontrou **nas** metáforas /não sabe que tudo acaba **em** pizza.
 B) destinados **a** ficar por cima da carne seca /o angu de carço que é o nosso dia **a** dia.
 C) a liberação de recursos **para** a saúde e a educação /os chás **de** erva-cidreira e erva-doce.
 D) designativo das coisas fáceis **de** obter /mesmo **em** crise, eles ainda ganham em dólar.
 E) que eles só souberam **da** fartura /convivem na boa **com** a mamadeira.

12. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) A expressão destacada no trecho do texto pode ser substituída pela expressão indicada entre parênteses, sem alteração do sentido do texto, na alternativa:

- A) Nosso falar mole e descansado **vem conservando**, perante a comida, um respeitoso vínculo... (conservou)
 B) Aliás, quem é que não sabe que tudo **acaba** em pizza? (acabara)
 C) No Brasil, *fast-food* e alopatia **convivem** na boa com a mamadeira, a canjica... (tinham convivido)
 D) E **comem** como poucos... (teriam comido)
 E) ... desconhecê-las é menosprezar as motivações que **têm alimentado** nossa alma. (alimentam)

13. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO) Assinale a alternativa em que as expressões destacadas apresentam significado oposto e estão empregadas em sentido figurado.

- A) A vingança é um **prato que se come frio**. / O preparo correto deste prato exige **processo em banho-maria**.
 B) Vamos **saborear o gostinho da vitória** neste campeonato. / Com ele é tudo **pão, pão, queijo, queijo**.

GABARITO COMENTADO

01. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

O trecho “A igualdade aqui é atingida menos por esforços distributivos e mais pela destruição da riqueza” justifica a resposta.

Análise das demais alternativas:

A) Não há no texto referência à imagem dos quatro cavaleiros, apenas o autor chama assim as forças niveladoras.

B) Extrapolação – no texto não há referência a “fim das elites” nem à “cessão de bens ao estado”.

C) No texto não há afirmação de que, genericamente, as revoluções diminuam as disparidades. O texto cita duas que deram certo e uma, a francesa, que não resolveu o problema da desigualdade.

E) Extrapolação – as epidemias em larga escala elevam o preço do trabalho e não do produto.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

02. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

Conforme o trecho: “O resultado de suas pesquisas está em ‘The Great Leveler’ (a grande niveladora)”, verifica-se que o autor embasa sua opinião em pesquisas.

GABARITO ALTERNATIVA “E”

03. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

O trecho: “Mas não vale qualquer rebeliãozinha” denota que o fim da desigualdade pode advir de rebeliões, desde que não sejam pequenas. Já o trecho “jogou o preço do trabalho na Lua” está pautado no exagero (hipérbole) já que, denotativamente, não é possível jogar algo e atingir a Lua.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

04. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

Segundo o dicionário:

concentrar: apresentar(-se) [algo] em grande número, quantidade ou intensidade; **acumular(-se);**

orientação: ato ou efeito de orientar(-se), de **direcionar(-se)** para o Oriente; **orientalização;**

visível: que efetivamente se vê; aparente, exposto à vista, **explícito;**

extremo: exagerado, excessivo, extremista, radical, **grave.**

GABARITO ALTERNATIVA “C”

05. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

Há, no início, uma pergunta para a qual, ao longo do texto, são apontadas possíveis respostas, mostrando incertezas acerca da possibilidade de se conquistar uma sociedade mais igualitária.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

06. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

REAVALIAR é **VTD** e seu complemento (o passado) deve ser substituído pelo pronome átono **O**. Porque o verbo termina em **R**, o complemento direto deverá ser iniciado com **L** (reavaliá-lo);

LEVAR é **VTD** e seu complemento direto **A** deverá ser colocado procliticamente, já que há uma palavra atrativa (comprovementamente);

REALIZAR é **VTD** e o complemento direto (essa missão) deverá ser substituído por **A** – colocado antes do verbo pela existência do pronome relativo **QUE**.

GABARITO ALTERNATIVA “A”

07. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

A crase é a junção do **artigo** que acompanha o pronome relativo “QUAL” e a **preposição** regida pelo verbo DAR. Na ordem direta, a segunda oração é: “Os grupos sociais poderosos sempre deram importância **À** tarefa (termo retomado pelo pronome relativo). Análise das demais alternativas:

A) O verbo compreender é **VTD**, e o pronome relativo **QUE** não vem acompanhado de artigo - não se justifica, portanto, o uso do sinal indicativo de crase.

B) O pronome relativo **QUE** não vem acompanhado de artigo, o “A” utilizado na oração advém do verbo **REFERIR-SE**.

C) O pronome exerce função de sujeito da oração subordinada e não deve, portanto, ser marcado com o sinal indicativo de crase.

D) O contexto denota uma relação de posse entre os termos “obra” e “título”. Nesse caso, o pronome relativo adequado é **CUJO** – “A obra cujo título pode ser traduzido...”.

GABARITO ALTERNATIVA “E”

08. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

Resposta justificada com o trecho: “Vítima da miséria secular, a gente brasileira encontrou nas metáforas ligadas à alimentação uma forma genuína de expressar-se, de representar e recriar o mundo.”.

Análise das demais alternativas:

A) O texto não menciona criação de novas palavras e sim criação de expressões denominadas metáforas.

B) Não há referência no texto sobre desconhecimento de termos e expressões advindo da baixa escolaridade - o que também não é mencionado no texto.

D) Extrapolação: o texto não menciona EUA, dólar ou discrepância entre os dois países.

E) Há no texto uma relação entre o ritmo da fala e a origem das expressões, porém não é possível afirmar como se deu a formação dessas expressões em países lusófonos - conjunto de identidades culturais existentes em países falantes da língua portuguesa.

GABARITO ALTERNATIVA “C”

09. (VUNESP – CÂMARA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA/ SP – AGENTE LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO)

COMENTÁRIOS:

De acordo com a gramática normativa, muito, pouco, bastante, mais, meio, quão, demais, tão, quase são advérbios de intensidade, já que intensificam o sentido da palavra a que se ligam.

Análise das demais alternativas:

B) **tão** - intensidade, **às claras** - modo.

BLOCO II

DIREITO PENAL

CÓDIGO PENAL

Com as alterações vigentes até a publicação do Edital.

Artigos: 293 a 305; 307; 308; 311-A; 312 a 317; 319 a 333; 335 a 337; 339 a 347; 350; 357 e 359.



QUESTÕES

01. (VUNESP – MPE-SP – OFICIAL DE PROMOTORIA I) A falsificação de cartão de crédito ou débito, nos termos do Código Penal (CP),

- A) equipara-se à falsificação de selo ou sinal público.
- B) é considerada crime apenas se dela decorrer efetivo prejuízo.
- C) equipara-se à falsificação de documento público.
- D) é fato atípico.
- E) equipara-se à falsificação de documento particular.

02. (VUNESP – PC/SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA – ADAPTADA) Imagine que Pedro, ilicitamente, guarda consigo tintas e um aparelho capaz de fabricar papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo. Tal conduta

- A) configura o crime de petrechos de falsificação (CP, art. 294).
- B) configura crime assimilado ao de falsificação de papéis públicos (CP, art. 293).
- C) configura o crime de falsificação de documento público (CP, art. 297).
- D) não configura crime algum, por ausência de previsão legal.
- E) não configura crime algum, por se tratar de mero ato preparatório.

03. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) O crime de “petrechos de falsificação” (CP, art. 294), por expressa disposição do art. 295 do CP, tem a pena aumentada de sexta parte se o agente

- A) é funcionário público.
- B) é funcionário público, e comete o crime, prevalecendo-se do cargo.
- C) tem intuito de lucro.
- D) confecciona documento falso hábil a enganar o homem médio.
- E) causa, com sua ação, prejuízo ao erário público.

04. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Sobre os crimes contra a Fé pública, assinale a correta.

- A) No crime de *Certidão ou atestado ideologicamente falso* a pena é de reclusão.
- B) No crime de *Falsidade material de atestado ou certidão*, se o crime é praticado com o fim de lucro ou para prejudicar terceiros, aplica-se, além da pena privativa de liberdade, a de multa.
- C) Quem, para fins de comércio, faz uso do selo ou peça filatélica, terá pena distinta à aplicável ao *caput* do crime de *Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica*.
- D) O crime de *Certidão ou atestado ideologicamente falso* é crime próprio, já a *Falsidade ideológica* pode ser cometida por qualquer pessoa.
- E) No crime de *Fraudes em certames de interesse público*, aumenta-se a pena de 1/3 (um terço), se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública.

05. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Com base no Código Penal, assinale a correta.

- A) No crime de *Falsidade ideológica*, se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.
- B) No crime de *Falsidade ideológica*, se o agente é funcionário público, aumenta-se a pena de 1/3.
- C) Se José Luiz, escrevente do TJ-SP, invadir a repartição do Detran pela madrugada, escalar um muro de 40 metros e, de lá, apropriar-se de impressoras, cometerá *Peculato-furto*.
- D) Para configurar o delito de *Concussão*, o funcionário público deve solicitar à vítima a vantagem indevida, independentemente de recebimento, pois bastará a exigência.

E) No crime de *Peculato*, a reparação do dano, se precede à sentença irreversível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

06. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR.) Com base no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- A) No crime de *Excesso de exação*, a exigência pode até mesmo ser de tributo devido.
- B) No crime de *Excesso de exação*, se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos (art. 316, §2º), a pena mínima é maior do que a prevista no § 1º deste mesmo artigo.
- C) *Prevaricação* é um crime de particular contra a Administração Pública.
- D) No crime de *Abandono de função* somente ocorrerá a qualificadora se o fato ocorrer em lugar compreendido na faixa de fronteira.
- E) Antônio Sanchez, agente de polícia, deixou de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a telefone celular, permitindo que este mantivesse contato com pessoas fora do estabelecimento prisional. Portanto, ele cometeu o crime de *Condescendência criminosa*.

07. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Quando o funcionário público exige imposto além da quantia efetivamente devida, comete o crime de:

- A) peculato na forma culposa.
- B) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- C) corrupção passiva.
- D) excesso de exação, modalidade da concussão.
- E) corrupção ativa.

08. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE) Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) É crime continuar a exercer função pública, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido ou suspenso.
- B) É crime deixar de responsabilizar, por indulgência, subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- C) É crime abandonar cargo público, nos casos permitidos em lei, se do abandono resulta prejuízo público.
- D) É crime revelar fato de que se tem ciência em razão do cargo, desde que o fato devesse permanecer em segredo.
- E) É crime praticar violência no exercício da função ou a pretexto de exercê-la.

09. (VUNESP – MPE/SP – OFICIAL DE PROMOTORIA) Podem praticar crime de falso testemunho, em processo judicial ou administrativo, inquérito ou juízo arbitral:

- A) O advogado, o contador e a testemunha.
- B) A testemunha, o tradutor e o advogado.
- C) O réu, a testemunha e o advogado.
- D) O perito, a testemunha e o tradutor.
- E) O réu, o promotor e o advogado.

10. (VUNESP – TJ/CAMPINAS E GUARULHOS – ESCRIVENTE – ADAPTADA) O advogado “X”, por mera negligência, esqueceu-se de restituir os autos de um processo que retirou junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. É correto dizer que “X”

- A) cometeu o crime de desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.
- B) cometeu crime de subtração ou inutilização de livro ou documento.
- C) cometeu crime de desobediência.
- D) cometeu crime de resistência.
- E) não cometeu crime algum.

GABARITO COMENTADO

01. (VUNESP – MPE-SP – OFICIAL DE PROMOTORIA I)

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta, pois o enunciado não se enquadra no crime descrito no artigo 296 do CP:

Falsificação do selo ou sinal público

Art. 296. Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município;

II - selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião;

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

I - quem faz uso do selo ou sinal falsificado;

II - quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio.

III - quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública.

§ 2º Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

B) Incorreta, pois para que haja o crime não se exige essa consequência.

C) Incorreta, pois o crime de *Falsificação de documento público* não prevê tal conduta, como dispõe o art. 297:

Falsificação de documento público

Art. 297. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir:

I - na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;

II - na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita;

III - em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

§ 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

D) Incorreta, pois o fato é típico e está expressamente descrito no art. 298 do CP.

E) Correta, conforme dispõe o parágrafo único do art. 298:

Falsificação de documento particular

Art. 298. Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Falsificação de cartão

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito (grifo nosso).

GABARITO ALTERNATIVA "E"

02. (VUNESP – PC/SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA – ADAPTADA)

COMENTÁRIOS:

A) Correta, pois é a conduta que consta no art. 294 do CP:

Petrechos de falsificação

Art. 294. Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa (grifo nosso).

Falsificação de papéis públicos

Art. 293. Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I - selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo (grifo nosso);

II - papel de crédito público que não seja moeda de curso legal;

III - vale postal;

IV - cautela de penhor, caderneta de depósito de caixa econômica ou de outro estabelecimento mantido por entidade de direito público;

V - talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável;

VI - bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município;

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

B) Incorreta. Não se trata de crime "assimilado a outro", tampouco ao crime de falsificação de papéis públicos (CP, art. 293), conforme artigo supracitado.

C) Incorreta, pois o caso não se enquadra no tipo penal de *Falsificação de documento público* (CP, art. 297) que consiste em falsificar "documentos públicos", no todo ou em parte, ou alterar "documento público verdadeiro". A situação traz "papel público" destinado à arrecadação de tributo. Lembrando que Pedro guardava consigo "as tintas e o aparelho" destinados à fabricação, o que configura o crime *Petrechos de falsificação*.

As alternativas D e E estão incorretas porque há previsão legal, conforme dispõe o art. 294 do CP.

GABARITO ALTERNATIVA "A"

03. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉC. JUDICIÁRIO)

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta, pois não basta ser funcionário público, este deve cometer o crime prevalecendo-se do cargo.

B) Correta, pois é o que dispõe o art. 295:

Petrechos de falsificação

Art. 294. Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 295. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte (grifo nosso).

C) Incorreta, pois tal conduta não está prevista expressamente no tipo penal, uma vez que esse crime já se configura com a simples guarda ou posse dos objetos especialmente destinados à falsificação. São crimes que não trazem qualquer lucro para o agente.

D) Incorreta, pois não há necessidade da fabricação de documento falso (ou qualquer dos papéis do artigo 293) para se enquadrar no tipo descrito. No crime de *Petrechos de falsificação*, as condutas estão relacionadas ao objeto destinado à falsificação. Assim, mesmo que não haja qualquer ato de falsificar, o crime poderá ocorrer, pois bastará que o agente fabrique, adquira, forneça, possua ou guarde objeto especialmente destinado à falsificação.

E) Incorreta, pois não é necessário que a ação do agente cause prejuízo ao erário. Ademais, não existe tal previsão no art. 295.

GABARITO ALTERNATIVA "B"

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL PENAL

01. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Com as alterações vigentes até a publicação do Edital.

Artigos: 251 a 258; 261 a 267; 274; 351 a 372; 394 a 497; 531 a 538; 541 a 548; 574 a 667.

02. LEI Nº 9.099 DE 26.09.1995

Artigos: 60 a 83; 88 e 89.



QUESTÕES

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

01. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Nos termos do quanto expressamente prescreve o art. 366 do CPP, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes. Nessa hipótese, presentes os requisitos atinentes à respectiva modalidade detentiva e com base unicamente no dispositivo de lei citado, está autorizado o juiz a decretar a prisão do acusado?

- A) Sim, desde que o acusado já tenha sido anteriormente condenado por outro crime.
- B) Não, nunca.
- C) Sim, a prisão preventiva.
- D) Sim, a prisão temporária.
- E) Sim, desde que o crime seja inafiançável.

02. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) O serventuário ou funcionário da justiça dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes,

- A) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o quinto grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- B) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- C) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o quarto grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- D) se não for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- E) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

03. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADAPTADA) Nos termos do art. 252 do CPP, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que

- A) ele próprio ou seu cônjuge ou seu irmão for amigo íntimo de qualquer das partes.
- B) seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quarto grau, for parte ou diretamente interessado no feito.
- C) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- D) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- E) ele próprio ou seu cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau tiver servido como testemunha.

04. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Se por ocasião do interrogatório o acusado indica seu defensor (advogado), o qual não traz por escrito o instrumento de mandato (procuração),

- A) deverá o juiz nomear defensor público ao acusado.
- B) referida constituição é válida, não sendo necessária outra providência de regularização.
- C) deverá o advogado providenciar a juntada do instrumento de mandato no próximo ato processual que realizar.
- D) deverá o juiz conceder prazo de 2 (dois) dias, a fim de que a representação processual seja regularizada.
- E) deverá o juiz declarar o acusado indefeso, intimando-o a indicar por escrito novo defensor no prazo de 2 (dois) dias.

05. (FCC – TRF-4ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO-ÁREA ADMINISTRATIVA – ADAPTADA) Tendo em vista a disciplina do Código de Processo Penal em relação ao juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da Justiça,

- A) o juiz poderá exercer jurisdição no processo em que parente colateral de terceiro grau for parte no feito.
- B) a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
- C) ao acusado maior dar-se-á curador.
- D) a audiência não poderá ser adiada, ainda que, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer.
- E) o acusado foragido será processado ou julgado sem defensor.

06. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Nos termos do art. 351 do CPP, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que houver ordenado a citação, esta se fará por

- A) mandado.
- B) meio eletrônico.
- C) qualquer meio que atinja a finalidade.
- D) carta com aviso de recebimento (AR) ou telegrama.
- E) carta simples.

07. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) No tocante à citação, assinale a alternativa correta.

- A) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado.
- B) Se o réu estiver preso, sua citação far-se-á por precatória.
- C) Se o réu não for encontrado, será citado, por edital, com o prazo de 5 (cinco) dias.
- D) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante mandado de citação expedido pelo juiz processante.
- E) A citação inicial far-se-á por precatória, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

08. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Estabelece o art. 366 do CPP que o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor

- A) será declarado revel, com consequente nomeação de defensor dativo, o qual acompanhará o procedimento até seu final.
- B) será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- C) terá, obrigatoriamente, decretada prisão preventiva em seu desfavor.
- D) terá o processo e o curso do prazo prescricional suspensos.
- E) será intimado por hora certa.

09. (FCC – MPE-PB – TÉCNICO MINISTERIAL – SEM ESPECIALIDADE – ADAPTADA) Sobre as citações e intimações, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:

- A) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.
- B) Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por edital, com o prazo de 5 dias.
- C) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
- D) A intimação do Ministério Público é sempre pessoal.
- E) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

GABARITO COMENTADO

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

01. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCN. JUDICIÁRIO) COMENTÁRIOS:

A) Incorreta. O acusado poderá ser preso se os requisitos da prisão preventiva estiverem presentes, conforme art. 312 do CPP.

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

B) Incorreta, pois o art. 366 do CPP prevê a possibilidade da decretação da prisão preventiva.

C) Correta, nos termos do art. 366 do CPP.

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

D) Incorreta, pois a Lei nº 7.960/89, que dispõe a respeito da prisão temporária, não versa sobre tal hipótese. Vale ressaltar que a referida lei não será cobrada em sua prova.

E) Incorreta, pois o art. 366 do CPP prevê que o acusado poderá ser preso se os requisitos da prisão preventiva estiverem presentes, conforme art. 312 do CPP, e não se o crime for inafiançável.

GABARITO ALTERNATIVA “C”

02. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCN. JUDICIÁRIO) COMENTÁRIOS:

As hipóteses de suspeição dos juízes que estão descritas no art. 254 se estendem aos serventuários e funcionários da justiça, conforme dispõe o art. 274:

Art. 274. As prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça, no que lhes for aplicável.

A) Incorreta, pois o art. 254, inciso III, do CPP prevê a suspeição por consanguinidade do parente do serventuário até o terceiro grau de parentesco e não até o quinto, como mencionado na alternativa.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

B) Correta, conforme art. 254, inciso II, do CPP.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

C) Incorreta, pois o art. 254, inciso III, do CPP dispõe que a suspeição será até o terceiro grau de parentesco.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

D) Incorreta, pois a suspeição ocorrerá quando o serventuário ou funcionário da justiça for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, conforme art. 254, inciso I, do CPP.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

E) Incorreta, visto que o art. 254, inciso II, do CPP, não estipula o grau de parentesco para este tipo de suspeição.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

GABARITO ALTERNATIVA “B”

03. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADAPTADA) COMENTÁRIOS:

A) Incorreta, pois se trata de causa de suspeição e não de impedimento, aplicada apenas ao juiz, conforme art. 254, inciso I, do CPP.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

B) Incorreta. De acordo com art. 252, inciso IV, do CPP, somente será causa de impedimento se for até o terceiro grau de parentesco em linha reta ou colateral.

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

C) Incorreta, pois se trata de hipótese de suspeição, nos termos do art. 254, inciso VI.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

D) Correta, visto que está de acordo com o disposto no art. 252, inciso III, do CPP.

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;

E) Incorreta, pois esta hipótese de impedimento somente se aplica ao juiz e não ao seu cônjuge ou parente, conforme dispõe o inciso II do art. 252:

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

GABARITO ALTERNATIVA “D”

04. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCN. JUDICIÁRIO) COMENTÁRIOS:

A) Incorreta, pois o acusado indicou defensor particular, não sendo necessário defensor público.

B) Correta, conforme dispõe o art. 266 do CPP.

Art. 266. A constituição de defensor independe de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.

C) Incorreta, visto que não há previsão legal impondo ao advogado a juntada de mandato para comparecer ao interrogatório.

D) Incorreta, uma vez que o dispositivo legal não estabelece prazo judicial para a juntada de representação por parte do advogado.

E) Incorreta, pois o acusado indicou defensor particular.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Com as alterações vigentes até a publicação do Edital.

Artigos: 144 a 155; 188 a 275; 294 a 311 e do 318 a 538; 994 a 1026.

02. LEI Nº 9.099 DE 26.09.1995

Artigos: 3º ao 19.

03. LEI Nº 12.153 DE 22.12.2009



QUESTÕES

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

01. (FCC – TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA) Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o novo Código de Processo Civil, considere:

I. Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

II. Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.

III. Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.

IV. Há impedimento do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

V. Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

Está correto o que consta APENAS em:

- A) I e III
- B) I e II
- C) II e IV
- D) III e V
- E) IV e V

02. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO-INTERIOR) Legalmente, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria:

- A) efetuar avaliações, quando for o caso.
- B) certificar proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.
- C) manter sob sua guarda e responsabilidade os bens móveis de pequeno valor penhorados.
- D) auxiliar o juiz na manutenção da ordem.
- E) comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar servidor para substituí-lo.

03. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO-INTERIOR) Processa(m)-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas:

- A) a homologação de desistência de ação.
- B) os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento.
- C) os processos que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral.
- D) o registro de ato processual eletrônico e a respectiva intimação eletrônica da parte.
- E) a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas.

04. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, poderá julgar liminarmente improcedente o pedido

- A) que tiver petição inicial inepta.
- B) cujo autor carecer de interesse processual.
- C) que tenha parte manifestamente ilegítima.
- D) que não indicar o fundamento legal.
- E) que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

05. (VUNESP – TJ-SP – TITULAR DE SERV. DE NOTAS E DE REGISTROS – ADAPTADA) Sobre os atos processuais, é correto afirmar:

- A) poderão ser concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- B) serão realizados em dias úteis, das 6h às 22h.
- C) quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos eletrônicos, esse deverá ser protocolado no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.
- D) as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se, desde que com autorização judicial, no período de férias forenses, onde houver, e nos feriados.
- E) o horário vigente no juízo perante o qual o ato deve ser praticado não será considerado para fins de atendimento do prazo.

06. (FCC – TJ-SC – JUIZ SUBSTITUTO) No que se refere à comunicação dos atos processuais, é correto que

- A) para a eficácia e existência do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, com a ressalva única de indeferimento da petição inicial.
- B) o comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.
- C) a citação válida, salvo se ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- D) a citação será sempre pessoal, por se tratar de ato personalíssimo e, portanto, intransferível.
- E) como regra geral, a citação será feita por meio de mandado a ser cumprido por oficial de justiça; frustrada esta, far-se-á pelo correio.

07. (VUNESP – CÂM. DE ITAQUAQUECETUBA-SP – PROCURADOR JURÍDICO) Quanto ao pedido descrito na inicial, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- A) Deve ser certo e determinado, sendo defeso aduzir pedido genérico.
- B) Pode-se fazer pedido alternativo, mas não subsidiário.
- C) No pedido principal compreendem-se juros e correção monetária.
- D) Quando se tratar de prestações subsidiárias, estas devem ser expressamente requeridas na inicial.
- E) Poderá o autor, a qualquer tempo, alterar o pedido sem o consentimento do réu.

08. (FCC – PGE-AP- PROCURADOR DO ESTADO) Quanto aos prazos, é correto afirmar:

- A) Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato; se inexistir preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- B) Quando a lei ou o juiz não determinarem prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridos cinco dias.
- C) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- D) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, tácita ou expressamente.
- E) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, desde que requeiram o benefício tempestivamente.

144. (FGV – TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADAPTADA)

Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, podem ser propostas demandas:

- A) que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- B) cujos valores sejam acima de 60 salários-mínimos.
- C) que tratem de bens imóveis pertencentes aos municípios.
- D) onde sejam impugnadas sanções disciplinares aplicadas a militares.
- E) que contenham pedidos de providências antecipatórias.

145. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Conforme dispõe a Lei 12.153/09 acerca das turmas recursais, é incorreto afirmar:

- A) São compostas por juízes em exercício na instância superior.
- B) Os juízes que compõem as turmas recursais terão mandato de 2 anos.
- C) São integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais;
- D) A designação dos juízes obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento.
- E) Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da Turma Recursal.

146. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Conforme dispõe a Lei 12.153/09 acerca de obrigação de pagar quantia certa, analise as alternativas a seguir e assinale a incorreta:

- A) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório.
- B) Desatendida a requisição judicial, o juiz, imediatamente, determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da Fazenda Pública.
- C) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado mediante precatório, caso o montante da condenação exceda o valor definido como obrigação de pequeno valor.
- D) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o valor de 40 salários mínimos, quanto aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- E) Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.

147. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Conforme dispõe a Lei 12.153/09, Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, julgue o item a seguir:

Desatendida a requisição judicial relativa à obrigação de pagar quantia certa, o juiz, imediatamente, determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, devendo marcar a audiência da Fazenda Pública para o primeiro dia útil subsequente.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO**NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL****01. (FCC – TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA)****COMENTÁRIOS:**

I. Incorreta. Há **IMPEDIMENTO** do juiz quando promover **AÇÃO** contra a parte ou seu advogado.

Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado (grifo nosso).

II. Incorreta. Há **SUSPEIÇÃO** do juiz que for **AMIGO ÍNTIMO** OU **INIMIGO** de qualquer das partes ou de seus advogados.

Art. 145. Há suspeição do juiz:

I - amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;

III. Incorreta. Há **SUSPEIÇÃO** do juiz quando qualquer das partes for sua **CREDORA OU DEVEDORA**, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o 3º grau, inclusive.

Art. 145. Há suspeição do juiz:

III - quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;

IV. Correta. Há **IMPEDIMENTO** do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

VIII - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório (grifo nosso);

V. Correta. Há **SUSPEIÇÃO** do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

Art. 145. Há suspeição do juiz:

IV - interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

GABARITO ALTERNATIVA "E"**02. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO-INTERIOR)****COMENTÁRIOS:**

CUIDADO! O examinador tentou confundir o candidato com aquelas tarefas que são de incumbência do escrivão e do chefe de secretaria, com aquelas que são de responsabilidade do oficial de justiça.

A) Incorreta. **Efetuar avaliações**, quando for o caso, incumbe ao **Oficial de Justiça**;

Art. 154. Incumbe ao oficial de justiça:

V - efetuar avaliações, quando for o caso (grifo nosso);

B) Incorreta. Incumbe ao **Oficial de Justiça** certificar proposta de autocomposição.

Art. 154. Incumbe ao oficial de justiça:

VI - certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.

Parágrafo único. Certificada a proposta de autocomposição prevista no inciso VI, o juiz ordenará a intimação da parte contrária para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sem prejuízo do andamento regular do processo, entendendo-se o silêncio como recusa (grifo nosso).

C) Incorreta. Não há tal disposição no Novo Código de Processo Civil - manter sob sua guarda e responsabilidade os bens móveis de pequeno valor penhorados.

Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria:

IV - manter sob sua guarda e responsabilidade os autos, não permitindo que saiam do cartório, exceto:

a) quando tenham de seguir à conclusão do juiz;

b) com vista a procurador, à Defensoria Pública, ao Ministério Público ou à Fazenda Pública;

c) quando devam ser remetidos ao contabilista ou ao partidor;

d) quando forem remetidos a outro juízo em razão da modificação da competência (grifo nosso);

D) Incorreta. Incumbe ao **Oficial de Justiça** auxiliar o juiz na manutenção da ordem.

Art. 154. Incumbe ao oficial de justiça:

IV - auxiliar o juiz na manutenção da ordem (grifo nosso);

E) Correta. Atribuição do Escrivão ou do Chefe de secretaria **comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar servidor para substituí-lo.**

Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria:

III - comparecer às audiências ou, não podendo fazê-lo, designar servidor para substituí-lo;

GABARITO ALTERNATIVA "E"

03. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉC. JUDICIÁRIO-INTERIOR) Processa(m)-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas:

A) a homologação de desistência de ação.

B) os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento.

C) os processos que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral.

D) o registro de ato processual eletrônico e a respectiva intimação eletrônica da parte.

E) a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas.

COMENTÁRIOS:

Em regra, durante as férias forenses e nos feriados, não se praticam atos processuais, salvo:

I. nos casos previstos no art. 212, § 2º, quais sejam:

- Citações;
- Intimações;
- Penhoras.

Art. 214. Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais, excetuando-se:

I - os atos previstos no art. 212, § 2º;

II - a tutela de urgência.

Art. 212, § 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

II. A tutela de URGÊNCIA (Cautelar ou Antecipada) no art. 294, parágrafo único.

Art. 294, Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.

Além disso, existem as hipóteses previstas no artigo 215 dos casos que nunca **SE SUSPENDEM**, ou seja, nunca param, mesmo durante as férias forenses, onde as houver:

Art. 215. Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas:

I - os procedimentos de jurisdição voluntária e os necessários à conservação de direitos, quando puderem ser prejudicados pelo adiamento;

II - a ação de alimentos e os processos de nomeação ou remoção de tutor e curador;

III - os processos que a lei determinar (grifo nosso).

Art. 216. Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

GABARITO ALTERNATIVA "B"

04. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉC. JUDICIÁRIO) COMENTÁRIOS:

ATENÇÃO! O candidato deve ficar atento para diferenciar as hipóteses de Improcedência Liminar do Pedido e questões ligadas ao direito material, previstas no art. 332, das hipóteses de Indeferimento da Petição Inicial e questões ligadas ao direito formal, disposto no art. 330 do Novo Código de Processo Civil.

Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I - for inepta;

II - a parte for manifestamente ilegítima;

III - o autor carecer de interesse processual;

IV - não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.

Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local (grifo nosso).

§ 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

As alternativas, A, B, C e D referem-se a hipóteses de Indeferimento da Petição Inicial.

Elaboramos a tabela abaixo para que você consiga memorizar com mais facilidade cada hipótese.

TABELA COMPARATIVA

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - ART. 330	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO - ART. 332
A petição inicial será INDEFERIDA quando:	Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente IMPROCEDENTE o pedido que contrariar:
1. For inepta;	1. Enunciado de Súmula do STF ou STJ;
2. A parte for manifestamente ilegítima;	2. Acórdão do STF ou STJ em julgamento de recursos repetitivos;
3. O autor carecer de interesse processual;	3. Entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
4. Não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.	4. Enunciado de Súmula de Tribunal de Justiça sobre direito LOCAL .
Quando a P.I. será considerada INEPTA ? Art. 330, § 1º: ✓ faltar pedido ou causa de pedir; ✓ o pedido for indeterminado, salvo as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico; ✓ da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; ✓ contiver pedidos incompatíveis entre si;	Art. 332, § 1º O juiz também poderá julgar liminarmente IMPROCEDENTE o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

GABARITO ALTERNATIVA "E"

BLOCO II

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Com as alterações vigentes até a publicação do Edital.

Título II - Capítulos I, II e III; e

Título III - Capítulo VII com Seções I e II; e

Também o artigo 92.



QUESTÕES

01. (VUNESP – PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP – ANA-LISTA) Considerando o que estabelece a Constituição Federal a respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, é correto afirmar que

A) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo, todavia, exigida a prévia autorização da autoridade competente.

B) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não cabendo, neste caso, qualquer tipo de indenização ao proprietário, mesmo se houver dano.

D) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, exceto nas hipóteses previstas em lei federal.

02. (VUNESP - TJ/SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Assinale a alternativa que está, expressamente, de acordo com o texto da Constituição Federal.

A) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

B) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter privado.

C) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

D) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a célere decisão do processo e os meios que garantam a igualdade de sua tramitação.

E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

03. (VUNESP – PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP – PROCURADOR MUNICIPAL) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

A) é livre a manifestação do pensamento, garantido o anonimato.

B) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

C) é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

D) a partir do início da vigência da Emenda Constitucional nº 45/04, todos os tratados internacionais relativos a direitos humanos são incorporados no direito brasileiro com hierarquia de emenda constitucional.

E) a lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

04. (VUNESP – UNESP – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Segundo a Constituição Federal, a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas

A) dependem de autorização do Poder Executivo.

B) são acompanhadas por uma Comissão Especial criada pelo Poder Legislativo.

C) independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

D) dependem de Decreto específico do Poder Legislativo, porém é vedada qualquer interferência do Poder Executivo em seu funcionamento.

E) independem de autorização do Poder Judiciário, porém devem ter seu funcionamento fiscalizado pelo Poder Legislativo.

05. (VUNESP – PREF. DE ROSANA-SP – PROCURADOR DO MUNICÍPIO) Dentre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, consta a seguinte previsão:

A) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

B) a criação de associações e de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, não podendo tais entes ser compulsoriamente dissolvidos ou ter suas atividades suspensas, ainda que por decisão judicial.

C) conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

D) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

E) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.

06. (VUNESP – UNESP – ASSISTENTE) Em relação aos direitos e garantias fundamentais determinados na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) É a todos assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, após o pagamento das devidas taxas.

B) Serão extraditados os cidadãos brasileiros e estrangeiros que cometerem crime político ou de opinião.

C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, sendo dependente de licença a atividade científica e de comunicação.

D) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, intransmissível aos herdeiros.

E) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

07. (VUNESP – UNESP – ASSISTENTE DE SUPORTE ACADÊMICO) Assinale a alternativa que está em conformidade com o texto da Constituição Federal.

A) É vedado qualquer tipo de prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

B) A Constituição autoriza a imposição legal das penas de trabalhos forçados e de prestação social alternativa.

C) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

D) O tribunal do júri tem competência para processar e julgar todos os crimes hediondos.

E) A casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar exceto por ordem judicial, de dia ou à noite.

GABARITO COMENTADO

01. (VUNESP – PREF. DE SÃO PAULO-SP – ANALISTA)
COMENTÁRIOS:

A) Incorreta. Não é exigida a prévia autorização da autoridade competente, e, sim, aviso. Vide art. 5º, XVI.

Art. 5º, XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

B) Incorreta. Por determinação judicial só pode durante o dia. Conforme art. 5º, XI.

Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

C) Incorreta. Haverá indenização ulterior, se houver dano. Nos termos do art. 5º, XXV.

Art. 5º, XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

D) Correta. De acordo com o art. 5º, XIX.

Art. 5º, XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

E) Incorreta. Não há ressalva para hipóteses previstas em lei federal. Conforme o art. 5º, XIV.

Art. 5º, XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

02. (VUNESP - TJ/SP - ESCRIVENTE TÊC. JUDICIÁRIO)
COMENTÁRIOS:

A) Correta. De acordo com o art. 5º, LXI.

Art. 5º, LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

B) Incorreta. O *habeas data* é para assegurar conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante e não a terceiros. Além disso, as informações deverão ser de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público e não privado. Nos termos do art. 5º, LXXII.

Art. 5º, LXXII - conceder-se-á *habeas data*:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se preferir fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

C) Incorreta. O mandado de segurança não é gratuito. Conforme art. 5º, LXXVII.

Art. 5º, LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

D) Incorreta. São assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Art. 5º, LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

E) Incorreta. A aprovação é por três quintos dos votos dos respectivos membros. Consoante o art. 5º, § 3º.

Art. 5º, § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

GABARITO ALTERNATIVA “A”

03. (VUNESP – PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP – PROCURADOR MUNICIPAL)

COMENTÁRIOS:

A) Incorreta. O anonimato é vedado e não garantido. Conforme art. 5º, IV.

Art. 5º, IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

B) Incorreta. O trânsito em julgado é exigido somente para a dissolução compulsória. Decisão judicial exige-se nos dois casos. Nos termos do art. 5º, XIX.

Art. 5º, XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

C) Correta. Sabemos que, ainda, está expresso na Constituição que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel (art. 5º, LXVII).

Hoje, no Brasil, podemos afirmar que a regra é não haver prisão civil por dívidas. Pode haver prisão por dívida de forma excepcional, por exemplo: pensão alimentícia (não pagar pensão alimentícia e não apresentar justificativa). No entanto, o STF entende não mais ser cabível a prisão civil do depositário infiel (Pacto de São José da Costa Rica – tese da supralegalidade).

Pelo texto simples da CF de 1988 poderia também ocorrer a prisão no caso de depositário infiel, mas o Supremo Tribunal Federal não mais a permite. Para tanto, elaborou uma Súmula Vinculante com o teor da alternativa C: “*é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito*”. O Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica), que somente permite a prisão civil por não pagamento de obrigação alimentícia. Portanto, de acordo com o STF, esse tratado, por ser de direitos humanos, tem status supralegal, ou seja, está abaixo da Constituição e acima das leis.

Caso uma prova pergunte se está expresso na CF de 1988 que “*não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel*”, coloque “certo”, afinal, está mesmo escrito! Mas, se afirmar “*no Brasil pode-se prender depositário infiel*”, responda “errado”, pois o STF já pacificou a questão e editou uma Súmula Vinculante, a de nº 25, a saber:

Súmula Vinculante 25: É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

D) Incorreta. Apenas os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e que forem aprovados na forma prevista do §3º do art. 5º terão hierarquia de emenda constitucional.

Art. 5º, § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

E) Incorreta. A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos são considerados inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. Os crimes inafiançáveis e imprescritíveis são: o racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático. Vide art. 5º, XLII, XLIII e XLIV.

Art. 5º

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

GABARITO ALTERNATIVA “C”

BLOCO II

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. LEI N.º 10.261/68

Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo

Artigos: 239 a 323.

02. LEI FEDERAL Nº 8.429/92

Lei de Improbidade Administrativa

Com as alterações vigentes até a publicação do Edital.



QUESTÕES

LEI Nº 8.429/92

01. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Em apuração preliminar, verificase que servidor do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, responsável por supervisionar as obras do Fórum da Comarca X, utilizou – em obra particular de construção de sua residência de veraneio – máquinas, equipamentos e materiais que se encontravam à disposição para a construção do Fórum. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, o servidor praticou

A) ato de improbidade administrativa previsto expressamente na lei como ato que importa enriquecimento ilícito.

B) ato de improbidade administrativa previsto expressamente na lei como ato que atenta contra os princípios da Administração Pública.

C) ato ilegal, mas que não pode ser qualificado como ato de improbidade administrativa.

D) ato de improbidade administrativa previsto expressamente na lei como ato que causa prejuízo ao erário.

E) ato de improbidade administrativa que não se encontra previsto expressamente na lei.

02. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) O agente público que se recusa a prestar declaração dos bens exigida pela Lei Federal nº 8.429/92, dentro do prazo determinado,

A) estará sujeito à penalidade de multa de até 25% (vinte e cinco por cento) de seus vencimentos anuais.

B) será punido com a pena de demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

C) estará sujeito à suspensão dos vencimentos até que apresente a declaração devida.

D) poderá ser punido com a pena de repreensão.

E) pagará multa por dia de atraso equivalente a 10% (dez por cento) do correspondente ao valor da remuneração que recebe por dia de trabalho.

03. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) A respeito da ação de improbidade administrativa, considerando o previsto na Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar que

A) na ação principal, será seguido o rito sumário, sendo cabível a realização de transação, acordo ou conciliação.

B) em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo com julgamento do mérito, não podendo ser a ação novamente intentada.

C) a sentença que julgar procedente a ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento em favor do Fundo Nacional de Interesses Difusos.

D) a ação principal poderá ser proposta pela pessoa jurídica interessada, atuando nesse caso, obrigatoriamente, o Ministério Público como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

E) estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito no prazo de 10 (dez) dias.

04. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Com relação aos atos de improbidade previstos na Lei Federal nº 8.429/92, é correto afirmar que

A) a conduta ímproba somente será considerada caracterizada se comprovados o enriquecimento ilícito do agente público, o dano ao erário e a prática de ato atentatório aos princípios da Administração Pública.

B) a fim de que uma conduta seja considerada ímproba, é necessário que seja praticada por agente público em sentido estrito, e que importe em violação a princípio da Administração Pública, dano ao erário e enriquecimento ilícito.

C) a conduta de improbidade na espécie enriquecimento ilícito pressupõe a percepção da vantagem patrimonial ilícita obtida pelo exercício da função pública em geral, podendo haver ou não, concomitantemente, dano ao erário.

D) o pressuposto exigível para os atos de improbidade por violação a princípios é a vulneração em si dos princípios administrativos, cumulada com o enriquecimento ilícito ou com o dano ao erário.

E) os atos de improbidade que causam dano ao erário são caracterizados pela ocorrência de dano ao patrimônio de pessoas como a União, Estados e Municípios, e, concomitantemente, enriquecimento ilícito de agente público, já que não há dano ao erário sem que alguém se locuplete indevidamente.

05. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) As sanções previstas pela Lei de Improbidade Administrativa são:

A) ressarcimento integral do dano; perda da função pública; perda dos direitos políticos; pagamento de multa civil; proibição de contratar com o Poder Público; proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; pena de reclusão de 1 (um) a 6 (seis) anos.

B) pagamento de multa civil e multa penal, nos casos de culpa; proibição de contratar com o Poder Público; proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; perda dos direitos políticos.

C) perda dos direitos políticos; perda de bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; pagamento de multas civil e penal; proibição de contratar com o Poder Público; proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

D) perda de bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos; perda dos direitos políticos; ressarcimento integral do dano; proibição de contratar com o Poder Público.

E) perda de bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do dano; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos; pagamento de multa civil; proibição de contratar com o Poder Público; proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

06. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) João é escrevente técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e, estando sujeito à apresentação da declaração de bens prevista na Lei Federal nº 8.429/92, apresentou a declaração devida em maio de 2014. No entanto, posteriormente, verifica-se que João afirmou na declaração não possuir bens imóveis, o que, no entanto, não é verdade, já que João é proprietário de apartamento na cidade de São Paulo, onde reside e trabalha, desde 2010. É constatado também que o imóvel é de valor modesto, de aquisição compatível com os rendimentos de João e sua esposa. Neste caso, em relação à conduta de João, é correto afirmar que a Lei de Improbidade Administrativa.

A) comina a sanção de suspensão para a conduta de João, que embora não tenha enriquecido ilicitamente, deixou de apresentar os dados corretos na declaração.

B) prevê sanção de multa a João, por não haver prestado a declaração de bens de forma correta ao Tribunal de Justiça.

C) considera que João está sujeito a penas disciplinares nas quais serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.

D) considera João sujeito à pena de demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, por haver prestado declaração de bens falsa.

E) não impõe qualquer sanção à conduta de João, já que seu patrimônio, em si, é lícito, o que é o cerne da Lei de Improbidade Administrativa.

GABARITO COMENTADO

LEI Nº 8.429/92

01. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCN. JUDICIÁRIO) COMENTÁRIOS:

A) Correta, pois ao utilizar em obra particular máquinas, equipamentos e materiais da Administração Pública, o servidor comete enriquecimento ilícito, previsto no art. 9º, inciso IV:

Art. 9º. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

IV – utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

B) Incorreta, pois conforme mencionado, o ato é de improbidade, mas não se enquadra no artigo 11 (o qual menciona os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública). O ato descrito no comando da questão é enquadrado no artigo 9º da Lei de Improbidade (que importa enriquecimento ilícito).

C) Incorreta, pois o ato é ilegal e se trata de improbidade administrativa, conforme dispõe o Art. 1º, da LIA (Lei de Improbidade Administrativa):

Art. 1º. Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

D) Incorreta, o examinador tentou confundir o candidato. Trata-se de uma situação que está expressa no enunciado e prevista no inciso IV do art. 9º (ato que importa enriquecimento ilícito). Outro caso se referiria àquele servidor que permite a utilização. Neste, o enquadramento estaria no inciso XIII, do art. 10º (referente aos atos que causam prejuízo ao erário). A questão aborda a responsabilização de quem utilizou e não de quem permitiu a utilização.

Vejamos os dois dispositivos para não confundir:

Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito	Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário
UTILIZAÇÃO	PERMISSÃO
Art. 9º. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente: IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;	Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: XIII - permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

E) Incorreta, pois o enunciado refere-se a uma das hipóteses previstas expressamente no art. 9º, que trata de ato que importa enriquecimento ilícito.

GABARITO ALTERNATIVA “A”

02. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCN. JUDICIÁRIO) COMENTÁRIOS:

A) Incorreta, pois não há tal previsão para o agente que não prestar a declaração de bens.

B) Correta, conforme expresso na Lei de Improbidade, em seu art. 13, § 3º, que assim dispõe:

Art. 13, § 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

C) Incorreta, não há suspensão de vencimentos para o servidor que se recusar a prestar a declaração de bens.

D) Incorreta, a questão trata da Lei 8.429/92 e esta não menciona a repreensão. A repreensão é prevista na lei 10.261/68, artigo 251.

E) Incorreta, pois não há previsão, na Lei de Improbidade, de pagamento de multa para o caso mencionado no comando da questão.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

03. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCN. JUDICIÁRIO) COMENTÁRIOS:

A) Incorreta, pois será seguido o rito ordinário, conforme expressa a Lei de Improbidade em seu art. 17, caput:

Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

Além disso, não é permitido a realização de transação, acordo ou conciliação, conforme dispõe o art. 17, § 1º:

Art. 17, § 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.

B) Incorreta, pois o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito, podendo a ação, nesse caso, ser intentada novamente. É o que dispõe a Lei de Improbidade em seu art. 17, § 11:

Art. 17, § 11 Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

C) Incorreta, nesse caso o pagamento não será em favor do Fundo Nacional de Interesses Difusos. Conforme art. 18 da Lei de Improbidade:

Art. 18. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito (grifo nosso).

D) Correta, é o que dispõe a Lei de Improbidade em seu art. 17, § 4º.

Art. 17, § 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

E) Incorreta. O prazo para oferecer a manifestação por escrito é de 15 dias, conforme dispõe a Lei 8.429/92 em seu art. 17 § 7º:

Art. 17, § 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

BLOCO II

NORMAS DA CORREGEDORIA

Disponíveis no portal do Tribunal de Justiça

Site: www.tjsp.jus.br, na área Institucional/Corregedoria/Normas Judiciais

Com as alterações vigentes até a data da publicação do Edital.

Tomo I – Capítulo II: Seção I – subseções I e II;

Tomo I – Capítulo III: Seções I, II, V, VI, VII;

Tomo I – Capítulo III: Seção VIII – subseções I, II e III;

Tomo I – Capítulo III: Seções IX a XV, XVII a XIX;

Tomo I – Capítulo XI: Seções I, IV e V;

Tomo I – Capítulo XI: Seção VI – subseções I, III, V e XIII.



QUESTÕES

01. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o que dispõem expressamente as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

A) A função correcional consiste na orientação, reorganização e fiscalização dos órgãos e serviços judiciários de 1ª instância, bem como na fiscalização da polícia judiciária, dos estabelecimentos prisionais e dos demais estabelecimentos em relação aos quais, por imposição legal, esses deveres forem atribuídos ao Poder Judiciário e é exercida, no Estado de São Paulo, pelo Corregedor Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de 1º grau.

B) No desempenho da função correcional, não é permitida a edição de ordens de serviço e demais atos administrativos de orientação e disciplina.

C) As ordens de serviço e demais atos administrativos editados pelo Juiz Corregedor Permanente serão encaminhados aos Ofícios de Justiça para revisão hierárquica.

D) Consultas sobre aplicação ou interpretação destas Normas de Serviço serão apreciadas pelo Corregedor Geral da Justiça que, a requerimento do interessado ou de ofício, se houver dúvida fundada, devidamente justificada, submeterá suas decisões à Corregedoria Permanente.

E) A função correcional será exercida em caráter transitório.

02. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o que dispõem expressamente as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, analise as seguintes afirmações:

I - A correção ordinária consiste na fiscalização prevista e efetivada segundo o que dispõe o Regimento Interno de cada Ofício de Justiça.

II - A correção extraordinária consiste em fiscalização excepcional, realizada anualmente conforme as necessidades e conveniência do serviço correcional.

III - A visita correcional consiste na fiscalização direcionada à verificação da regularidade de funcionamento da unidade, do saneamento de irregularidades constatadas em correções ou ao exame de algum aspecto da regularidade ou da continuidade dos serviços e atos praticados.

Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) III, apenas.

D) I e II, apenas.

E) I e III, apenas.

03. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o que dispõem expressamente as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, analise as alternativas a seguir e assinale a **incorreta**.

A) As atas das correções e visitas serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça em até 60 dias após realizada, quando se tratar de correção ordinária.

B) As atas das correções e visitas serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça em até 15 dias após realizada, quando se tratar de correção extraordinária.

C) A Corregedoria Geral da Justiça implementará, gradativamente, a correção virtual, com vistas ao controle permanente das atividades subordinadas à sua disciplina.

D) A Corregedoria Permanente será exercida pelo juiz a que a normatividade correcional cometer tal atribuição.

E) O Juiz Corregedor Permanente, com aprovação do Conselho Superior da Magistratura, poderá, por motivo de interesse público ou conveniência da administração, alterar a designação do Corregedor Geral da Justiça.

04. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o que dispõem expressamente as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

A) O Juiz Corregedor Permanente efetuará, uma vez por ano, de preferência no mês de novembro, correção ordinária em todas as serventias, repartições e demais estabelecimentos sujeitos à sua fiscalização correcional, lavrando-se o correspondente termo no livro próprio.

B) A correção ordinária será anunciada por edital, afixado no átrio do fórum e publicado no Diário da Justiça Eletrônico, com pelo menos 15 dias de antecedência, bem como comunicada à Ordem dos Advogados do Brasil da respectiva subseção.

C) O Juiz Corregedor Permanente seguirá o termo padrão de correção disponibilizado pelo seu respectivo Ofício de Justiça.

D) O juiz fará visita correcional às unidades sob sua corregedoria em até 60 dias depois de assumir a corregedoria permanente em caráter definitivo.

E) É imprescindível edital para que a visita correcional seja realizada.

05. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o que dispõem expressamente as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

A) A correção geral ordinária prescindirá da visita correcional quando o juiz assumir a corregedoria permanente em caráter definitivo a partir do mês de novembro.

B) O Corregedor Geral auxiliará o Juiz Corregedor Permanente nas diligências correcionais.

C) Os livros e classificadores obrigatórios previstos nestas Normas de Serviço serão submetidos ao Corregedor Geral da Justiça para visto por ocasião das correções ordinárias ou extraordinárias e sempre que forem por este requisitados.

D) No caso de registros controlados exclusivamente pela via eletrônica, os relatórios de pendências gerados pelo sistema informatizado serão vistados pelo escrivão.

E) Os estabelecimentos prisionais e outros destinados ao recolhimento de pessoas, sujeitos à atividade correcional do juízo, serão visitados anualmente.

06. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o que dispõem expressamente as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, analise as alternativas a seguir e assinale a **incorreta**.

A) Serão realizados pelos Juízes Corregedores Permanentes as apurações preliminares, as sindicâncias e os processos administrativos relativos ao pessoal das serventias judiciais.

B) O Corregedor Geral da Justiça poderá designar Juiz Corregedor Processante para todos os atos pertinentes.

C) Os Juízes Corregedores Permanentes comunicarão à Corregedoria Geral da Justiça a instauração de qualquer procedimento administrativo, mediante remessa de cópia da portaria inaugural, para processamento do acompanhamento das apurações preliminares pela Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos.

D) Eventuais recursos serão entranhados nos autos originais e remetidos à Corregedoria Geral da Justiça.

E) Sem prejuízo da atribuição ao Juiz Corregedor Permanente, o Corregedor Geral da Justiça poderá aplicar, originariamente, as sanções cabíveis e, enquanto não prescrita a infração, reexaminar, de ofício ou mediante provocação, decisões absolutórias ou de arquivamento.

GABARITO COMENTADO

01. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)
COMENTÁRIOS:

A) Correta, conforme o que dispõe o Art. 5º:

Art. 5º A função correcional consiste na orientação, reorganização e fiscalização dos órgãos e serviços judiciais de 1ª instância, bem como na fiscalização da polícia judiciária, dos estabelecimentos prisionais e dos demais estabelecimentos em relação aos quais, por imposição legal, esses deveres forem atribuídos ao Poder Judiciário e é exercida, no Estado de São Paulo, pelo Corregedor Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juizes de 1º grau.

B) Incorreta, pois vai de encontro ao que dispõe o § 1º do Art. 5º, que permite a edição de ordens de serviço e demais atos administrativos de orientação e disciplina:

Art. 5º § 1º No desempenho da função correcional, poderão ser editadas ordens de serviço e demais atos administrativos de orientação e disciplina, corrigidos os erros e sancionadas as infrações, após regular procedimento administrativo disciplinar, sem prejuízo de apurações civis e criminais.

C) Incorreta. As ordens e demais atos administrativos deverão ser encaminhados à Corregedoria Geral da Justiça e não aos Ofícios de Justiça, conforme Art. 5º, § 2º:

Art. 5º, § 2º As ordens de serviço e demais atos administrativos editados pelo Juiz Corregedor Permanente serão encaminhados à Corregedoria Geral da Justiça para revisão hierárquica.

D) Incorreta. Quem aprecia é o Juiz Corregedor Permanente e suas decisões serão submetidas à Corregedoria Geral da Justiça, conforme dispõe o § 3º do Art. 5º:

Art. 5º § 3º Consultas sobre aplicação ou interpretação destas Normas de Serviço serão apreciadas pelo Juiz Corregedor Permanente que, a requerimento do interessado ou de ofício se houver dúvida fundada devidamente justificada, submeterá suas decisões à Corregedoria Geral da Justiça.

E) Incorreta, pois a função correcional será exercida em caráter permanente e não transitório, conforme disposto no Art. 6º:

Art. 6º A função correcional será exercida em caráter permanente e mediante correções ordinárias ou extraordinárias e visitas correcionais.

GABARITO ALTERNATIVA "A"

02. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)
COMENTÁRIOS:

Analisemos o que dispõe cada uma das afirmativas:

I - Incorreta: A correção ordinária consiste na fiscalização prevista e efetivada segundo o que dispõem estas normas e leis de organização judiciária, conforme Art. 6º, § 1º:

Art. 6º § 1º A correção ordinária consiste na fiscalização prevista e efetivada segundo estas normas e leis de organização judiciária.

II - Incorreta: A correção extraordinária consiste em fiscalização excepcional, realizada a qualquer momento e não anualmente, conforme Art. 6º, § 2º:

Art. 6º, § 2º A correção extraordinária consiste em fiscalização excepcional, realizada a qualquer momento e sem prévio anúncio e poderá ser geral ou parcial, conforme as necessidades e conveniência do serviço correcional.

III - Correta: Está totalmente de acordo com o disposto no § 3º do Art. 6º:

Art. 6º, § 3º A visita correcional consiste na fiscalização direcionada à verificação da regularidade de funcionamento da unidade, do saneamento de irregularidades constatadas em correções ou ao exame de algum aspecto da regularidade ou da continuidade dos serviços e atos praticados.

GABARITO ALTERNATIVA "C"

03. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)
COMENTÁRIOS:

As alternativas A e B estão corretas, elas se referem ao que dispõe o Art. 6º, § 4º, I e II:

Art. 6º, § 4º As atas das correções e visitas serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça nos prazos que seguem:

I - correção ordinária – até 60 dias após realizada;

II - correção extraordinária ou visita correcional – até 15 dias após realizada.

C) Correta: está de acordo o § 5º do Art. 6º:

Art. 6º § 5º A Corregedoria Geral da Justiça implementará, gradativamente, a correção virtual, com vistas ao controle permanente das atividades subordinadas à sua disciplina.

D) Correta: está de acordo com o que dispõe o Art. 7º:

Art. 7º A Corregedoria Permanente será exercida pelo juiz a que a normatividade correcional cometer tal atribuição.

E) Incorreta, pois vai de encontro ao que dispõe o § 1º do Art. 7º:

Art. 7º § 1º O Corregedor Geral da Justiça, com aprovação do Conselho Superior da Magistratura, poderá, por motivo de interesse público ou conveniência da administração, alterar a designação do Corregedor Permanente.

GABARITO ALTERNATIVA "E"

04. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)
COMENTÁRIOS:

A) Incorreta, pois as correções ordinárias são realizadas preferencialmente no mês de dezembro, conforme disposto no Art. 8º:

Art. 8º O Juiz Corregedor Permanente efetuará, uma vez por ano, de preferência no mês de dezembro, correção ordinária em todas as serventias, repartições e demais estabelecimentos sujeitos à sua fiscalização correcional, lavrando-se o correspondente termo no livro próprio.

B) Correta. Está plenamente de acordo com o disposto no § 1º do Art. 8º:

Art. 8º § 1º A correção ordinária será anunciada por edital, afixado no átrio do fórum e publicado no Diário da Justiça Eletrônico, com pelo menos 15 dias de antecedência, bem como comunicada à Ordem dos Advogados do Brasil da respectiva subseção.

C) Incorreta. O Juiz Corregedor Permanente deverá seguir o termo padrão de correção disponibilizado pela Corregedoria Geral da Justiça e não pelo Ofício de Justiça:

Art. 8º § 2º O Juiz Corregedor Permanente seguirá o termo padrão de correção disponibilizado pela Corregedoria Geral da Justiça.

D) Incorreta, pois o prazo para que o juiz faça a visita correcional depois de assumir a corregedoria permanente é de 30 dias, conforme o que dispõe o Art. 9º:

Art. 9º Em até 30 dias depois de assumir a corregedoria permanente em caráter definitivo, o juiz fará visita correcional às unidades sob sua corregedoria, com o intuito de constatar a regularidade dos serviços, observado o modelo disponibilizado.

E) Incorreta, pois a visita correcional independe, ou seja, prescinde de edital, conforme disposto no § 1º do Art. 9º:

Art. 9º, § 1º A visita correcional independe de edital ou qualquer outra providência e dela se lançará sucinto termo no livro de visitas e correções, no qual também constarão as determinações que o Juiz Corregedor Permanente eventualmente fizer no momento.

GABARITO ALTERNATIVA "B"

05. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)
COMENTÁRIOS:

A) Correta, pois está de acordo com o disposto no § 2º do Art. 9º:

Art. 9º § 2º Se o juiz assumir a corregedoria permanente em caráter definitivo a partir do mês de novembro, a correção geral ordinária prescindirá da visita correcional.

ATUALIDADES

01. QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS:

Políticos;
Econômicos,
 Sociais; e
Culturais.

Nacionais e internacionais.

Ocorridos a partir de janeiro de 2018 até agosto de 2018, divulgados na mídia local e/ou nacional.



QUESTÕES

1. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) A Califórnia estreou na segunda-feira, dia 1º, um novo mercado. O estado mais populoso dos Estados Unidos se transforma, de fato, no maior mercado mundial do setor (*Carta Capital*, 05/01/2018, Disponível em: goo.gl/b8zj5C. Adaptada)

Com o fato, a Califórnia se tornou o maior mercado de:

- (A) moedas digitais do mundo.
- (B) e-commerce do mundo.
- (C) transplantes do mundo.
- (D) armas de fogo do mundo.
- (E) maconha recreativa do mundo.

2. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) A direção-geral da Polícia Federal instalará, nos próximos dias, em Brasília, um grupo de trabalho em conjunto com outros órgãos federais para discutir meios de coibir um determinado ato durante as eleições deste ano. O grupo, formado por um delegado, um agente e um perito criminal federal, deverá trabalhar com técnicos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e da PGR (Procuradoria Geral da República). Em uma reunião realizada no dia 20 de dezembro, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux, que assumirá a presidência do TSE em 6 de fevereiro, pediu ao diretor-geral da PF, Fernando Segovia, e ao vice-procurador-geral eleitoral, Humberto Jacques de Medeiros, que uma força-tarefa enfrente o problema. (*Folha de S. Paulo*, 04/01/2018, Disponível em: goo.gl/MGsEJE. Adaptada)

A notícia faz referência:

- (A) às doações empresariais.
- (B) ao caixa dois.
- (C) as fake news.
- (D) à compra de votos.
- (E) à boca de urna.

3. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Pelo que tudo indica, 2018 pode ser o ano da reaproximação histórica entre os dois países. Isso porque, após quase dois anos, foi reaberto o canal de comunicação por telefone entre os dois países, retomando a conversação. (*IG*, 03/01/2018, Disponível em: goo.gl/5C64K9. Adaptada)

A notícia faz referência ao diálogo estabelecido entre:

- (A) Cuba e Estados Unidos.
- (B) Coreia do Norte e Coreia do Sul.
- (C) Rússia e Ucrânia.
- (D) Israel e Palestina.
- (E) Irã e Arábia Saudita.

4. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Protestos marcaram a cerimônia de entrega do Globo de Ouro, o prêmio da associação da imprensa estrangeira de Hollywood aos melhores do cinema. Atores também vestiram preto em solidariedade. A cerimônia foi a coroação de um movimento que ganhou força em outubro de 2017 em Hollywood. (*G1*, 08.01.2018. Disponível em: goo.gl/XoHxM. Adaptada)

Os protestos no Globo de Ouro foram contra:

- (A) o assédio sexual.
- (B) o racismo.
- (C) a intolerância religiosa.
- (D) a corrupção.
- (E) a homofobia.

5. (VUNESP – TJ/SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) Em ofício enviado nesta quarta-feira (24 de janeiro) ao Supremo Tribunal Federal (STF), o vice-procurador-geral da República se manifestou favoravelmente a manter suspensão a posse da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) como ministra do Trabalho. A posse estava marcada para a última segunda (22 de janeiro), mas foi cancelada após a presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, atender a um recurso e suspender a cerimônia. A ministra analisou uma reclamação movida por um grupo de advogados, que contestou no STF a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, no sábado (20 janeiro), havia liberado a posse de Cristiane Brasil. (*G1*, 24.01.2018. Disponível em: goo.gl/skSVZg. Adaptada)

No recurso ao STF, o grupo de advogados questionou

- (A) a prática de loteamento de cargos pelo Executivo.
- (B) a honra e a honestidade da deputada.
- (C) a celeridade do Judiciário na resolução da ação.
- (D) a competência do STJ para julgar o caso.
- (E) a moralidade da nomeação da deputada.

6. (VUNESP – TJ/SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) O Ministério da Saúde anunciou uma campanha de emergência nos estados mais atingidos pela febre amarela: São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. A ideia é combater com maior agilidade a circulação do vírus. (*G1*, 10.01.2018. Disponível em: goo.gl/QjKvXx. Adaptada)

A principal medida da campanha de emergência anunciada pelo governo está relacionada

- (A) à aplicação de doses fracionadas da vacina, com o objetivo de ampliar o número de pessoas imunes à doença.
- (B) a uma ampla campanha publicitária de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, responsável pela transmissão da doença.
- (C) à quarentena imposta às pessoas contaminadas pela doença, evitando com isso a sua transmissão nos ambientes urbanos.
- (D) à busca pela população de macacos portadores da doença, com o objetivo de isolar os animais do convívio humano.
- (E) a um mapeamento rigoroso dos casos de doença, com a finalidade de vacinar exclusivamente os bairros mais atingidos.

7. (VUNESP – TJ/SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) O Banco Mundial informa que vai investigar a manipulação de dados, ocorrida durante vários anos, sobre as condições de negócios no Chile em um de seus mais importantes estudos, o "Doing Business". De acordo com o economista-chefe do organismo multilateral, que se desculpou formalmente ao governo chileno, a metodologia usada na elaboração do *ranking* do relatório foi alterada em diversas ocasiões. (*Valor*, 14.01.2018. Disponível em: goo.gl/S9M5xo. Adaptada)

Essa manipulação de dados teria motivação

- (A) pessoal, e favoreceu empresários chilenos que mantêm vínculos com diretores do organismo multilateral.
- (B) ambiental, e favoreceu grupos econômicos contrários às políticas de preservação da fauna e da flora do país.
- (C) política, e favoreceu uma liderança liberal em detrimento de uma liderança de centro-esquerda.
- (D) geopolítica, e favoreceu os EUA na disputa com a China para transformar o Chile em parceiro privilegiado.
- (E) financeira, e favoreceu corporações do petróleo que faziam *lobby* pela privatização de reservas chilenas.

8. (VUNESP – TJ/SP – ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) Dois promotores de Justiça entraram com uma ação civil pública com pedido de liminar contra os responsáveis pelo bloco carnavalesco "Porão do DOPS 2018". Na ação, os promotores lembram que entre os homenageados do bloco estão o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Sérgio Paranhos Fleury. (*G1*, 29.01.2018. Disponível em: goo.gl/VPKjSZ. Adaptada)

Na ação, o objetivo dos promotores era

- (A) recuperar o dinheiro da prefeitura investido no bloco.
- (B) impedir o bloco de fazer apologia à tortura.
- (C) exigir do bloco a defesa ativa dos direitos humanos.
- (D) pedir a prisão dos organizadores do bloco.
- (E) proibir o bloco de omitir os crimes cometidos pela ditadura.

9. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018)

I - Uma guerra de facções, em meio a uma onda de violência, está por trás do assassinato de 14 pessoas em uma casa de forró no último sábado (27 de janeiro). Uma pessoa foi presa. A casa de forró era frequentada por membros de uma das facções, disseram um policial militar e moradores do bairro; o ataque é atribuído pelas mesmas pessoas a outra facção. (G1, 29.01.2018. Disponível em: goo.gl/tyqXYp. Adaptada)

II - Policiais militares, civis e bombeiros decidiram nesta terça-feira (9 de janeiro) pôr fim à paralisação das categorias, que durou 22 dias. Em reunião nesta tarde com representantes de associações de classe, o governador aceitou as reivindicações das categorias e prometeu não abrir processo administrativo ou qualquer outra sanção contra nenhum agente pela paralisação. (Folha de S. Paulo, 09.01.2018. Disponível em: goo.gl/sRkS1A. Adaptada)

As duas notícias tratam, respectivamente,

- (A) do Piauí e do Maranhão.
- (B) da Bahia e de Alagoas.
- (C) da Paraíba e do Pará.
- (D) de Pernambuco e de Sergipe.
- (E) do Ceará e do Rio Grande do Norte

10. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018)

O noroeste da Síria voltou nesta segunda-feira (29 de janeiro) a ser palco de um confronto entre soldados ligados à Turquia e milícias curdas, que disputam o controle de uma colina na região. O governo turco afirma que as milícias curdas que controlam a região são ligadas aos curdos que vivem na Turquia e que decidiu agir para expulsar os terroristas das proximidades de sua fronteira. (Folha de S. Paulo, 29.01.2018. Disponível em: goo.gl/XeN3ia. Adaptada)

O conflito entre turcos e curdos mencionado na notícia está relacionado

- (A) à aliança entre os curdos, a Rússia e os EUA na região.
- (B) à defesa radical da causa palestina feita pelos curdos.
- (C) ao vínculo entre os curdos e o Estado Islâmico.
- (D) à luta pela autonomia e independência dos curdos.
- (E) ao posicionamento curdo favorável ao governo sírio.

11. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) O Senado da Polônia aprovou, nesta quinta-feira (1), uma polêmica lei. A votação, que se estendeu pela madrugada por conta dos protestos da oposição, contou com 57 votos a favor, 23 contra e duas abstenções. O texto já havia sido aprovado na Câmara Baixa durante a última semana e agora segue para a sanção presidencial. (Isto É, 01/02/2018, Disponível em: goo.gl/U4vU9J. Adaptada).

A Polônia aprovou uma lei que

- (A) legaliza o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a possibilita a adoção de crianças por casais gays.
- (B) impede que o país seja citado como cúmplice ou coautor dos crimes cometidos durante o regime nazista na Segunda Guerra Mundial.
- (C) libera o uso da maconha para fins medicinais e recreativos, bem como a autorização para sua venda em farmácias e cafés.
- (D) veta a entrada de imigrantes de países de maioria muçulmana de sete países e de refugiados do Oriente Médio e da África.
- (E) garante a igualdade salarial entre homens e mulheres, sujeitando à multa os empregadores que a descumprirem.

12. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Todos os dias, quase 400 venezuelanos recém-chegados ao Brasil fazem fila na porta da Polícia Federal. Muitas vezes desinformados, esperam os portões abrirem para tentar algum tipo de documentação que lhes permitam trabalhar no Brasil. A consequência é visível em esquinas, praças, calçadas de lojas, bancos e supermercados da cidade. Cerca de 40 mil venezuelanos estão na capital do estado, mais de 10% da população da cidade de 330 mil habitantes. Sem assistência, não conseguem custear passagens para outros Estados com maior oferta de trabalho. (Folha de S. Paulo, 29/01/2018, Disponível em: goo.gl/MJGMft. Adaptada)

A notícia faz referência

- (A) a Manaus, no Amazonas.
- (B) a Boa Vista, em Roraima.
- (C) a Rio Branco, no Acre.
- (D) a Belém, no Pará.
- (E) a Cuiabá, no Mato Grosso.

13. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) O presidente do país renunciou nesta quarta-feira após uma intensa pressão popular e de seu próprio partido. Ele afirmou em rede nacional que estava deixando o cargo de forma imediata, mas que não estava de acordo com a decisão de sua legenda, o ANC. O partido o mandou se afastar ou enfrentar uma votação no Parlamento. O presidente, que estava no poder desde 2009, enfrenta inúmeras acusações de corrupção. (BBC, 15/02/2018, Disponível em: goo.gl/f7YwSF. Adaptada)

A notícia faz referência a renúncia de

- (A) Robert Mugabe, no Zimbábue.
- (B) Jacob Zuma, na África do Sul.
- (C) Evo Morales, na Bolívia.
- (D) João Lourenço, em Angola.
- (E) Carles Puigdemont, na Catalunha.

14. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) O decreto assinado hoje (16) pelo presidente Michel Temer nomeia o _____ interventor na segurança pública do estado do Rio. O texto dá plenos poderes para o interventor atuar em todo setor de segurança fluminense, ou seja, as polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. (EBC, 16/02/2018, Disponível em: goo.gl/SvkYXn. Adaptada)

Foi nomeado como interventor federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro o

- (A) procurador Rodrigo Janot.
- (B) o general Eduardo Villas Boas.
- (C) o governador Luiz Fernando Pezão.
- (D) o general Braga Netto.
- (E) o ministro Raul Jungmann.

15. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) O presidente americano, Donald Trump, anunciou nesta sexta-feira (23) que os EUA aplicarão “as mais importantes” sanções já impostas à Coreia do Norte, segundo suas palavras, que têm como alvo 56 companhias de transporte marítimo e navios que ajudam Pyongyang. O Departamento de Tesouro dos EUA detalhou em seguida quem são os alvos das novas sanções: um indivíduo, 27 entidades e 28 navios. Os navios estão localizados, registrados ou navegam com bandeira da Coreia do Norte, China, Singapura, Taiwan, Hong Kong, Ilhas Marshall, Tanzânia, Panamá e Comores. (G1, 23/02/2018, Disponível em: goo.gl/1CGZJq. Adaptada)

As sanções americanas são uma retaliação

- (A) ao programa nuclear e balístico da Coreia do Norte.
- (B) ao financiamento norte-coreano ao Estado Islâmico.
- (C) as ameaças da Coreia do Norte ao Japão.
- (D) ao rompimento de relações diplomáticas da Coreia do Norte com a Coreia do Sul.
- (E) a saída da Coreia do Norte da Unesco.

(B) Mais de 640 venezuelanos serão encaminhados em setembro para Canoas e Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegre, num processo denominado interiorização.

(C) 60 agentes da Força Nacional foram enviados a Boa Vista para reforçar o policiamento na capital e a segurança em Pacaraima.

(D) a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu pedido formulado pelo governo de Roraima para fechar temporariamente a fronteira com a Venezuela.

(E) a cidade fronteira de Pacaraima, em Roraima, viveu momentos de tensão, com confrontos entre moradores locais e imigrantes venezuelanos.

83. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) A estudante brasileira de Medicina, Raynéia Gabrielle Lima, de 30 anos, foi morta por tiros disparados por “um grupo de paramilitares”. O Governo nega essa versão. O fato é que o assassinato de Raynéia ocorre durante uma crise sociopolítica no país, com manifestações contra o presidente que está no poder desde 2007, em meio a acusações de abuso e corrupção. De acordo com a Associação de Direitos Humanos, mais de 350 pessoas já morreram, entre elas, muitos estudantes.

Em qual país ocorreu esse fato?

- A) Cuba
- B) Nicarágua
- C) México
- D) Argentina
- E) Uruguai

84. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Uma complexa operação de resgate teve a participação de 90 mergulhadores, dentre eles, 50 estrangeiros. No total, mais de mil pessoas fizeram parte do trabalho para a remoção de 12 garotos de um time de futebol local e 1 adulto (o técnico do time) presos em uma caverna durante 18 dias. Qual é o nome do time e o país onde ocorreu esse fato?

- A) Tigres do Deserto/ Mongólia.
- B) Búfalos Machos/ Malásia.
- C) Filhos do Rei/ Laos.
- D) Javalis Selvagens/ Tailândia.
- E) Meninos da Selva/ Comboja.

85. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) O médico Denis Mukwege e a ativista Nadia Murad ganharam nesta sexta-feira, 5, o Prêmio Nobel da Paz 2018 em reconhecimento pelo combate

- A) Erradicação da fome em países em guerra civil.
- B) Bullying infantil.
- C) Violência contra refugiados.
- D) Violência sexual contra mulheres.
- E) Violência contra LGBTs.

GABARITO COMENTADO

1. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)

COMENTÁRIOS

Em janeiro de 2018, a Califórnia inaugurou o mais novo e potencialmente maior mercado de maconha recreativa do mundo – um negócio que, estima-se, pode gerar um faturamento anual de pelo menos 7 bilhões de dólares. A maconha com fins medicinais já é legalizada desde 1996. Com fins recreativos, será liberada aos poucos: 60 estabelecimentos inicialmente terão licença para comercializar. Ao longo do ano, espera-se a abertura de centenas de outras lojas no estado.

GABARITO ALTERNATIVA “E”

2. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)

COMENTÁRIOS

A direção-geral da Polícia Federal vai instalar em Brasília um grupo de trabalho em conjunto com outros órgãos federais para discutir meios de coibir as “fake news” durante as eleições de 2018. O grupo, formado por um delegado, um agente e um perito criminal federal, deverá trabalhar com técnicos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e da PGR (Procuradoria Geral da República). A Polícia Federal pretende apresentar a ideia de elaboração de uma nova legislação específica sobre o assunto, a ser debatida no grupo de trabalho conjunto. A sugestão poderia ser enviada ao Congresso antes das eleições, para que a lei seja aplicada ainda durante o pleito de 2018.

GABARITO ALTERNATIVA “C”

3. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)

COMENTÁRIOS

Coreias do Sul e Norte aceitam dialogar pela 1ª vez em dois anos. Em janeiro de 2018, a Coreia do Norte aceitou a proposta de Seul para a realização de conversações. Os diálogos intercoreanos estavam interrompidos desde 2015.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

4. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)

COMENTÁRIOS

Várias atrizes, neste 75º Globo de Ouro, se vestiram de preto para denunciar o assédio sexual sofrido pelas mulheres em Hollywood e pedir igualdade de gêneros. Discursos denunciando violência sexual e desigualdade entre homens e mulheres marcaram a noite de premiações.

GABARITO ALTERNATIVA “A”

5. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCN. JUDICIÁRIO – 2018)

COMENTÁRIOS

Filha do ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB e condenado no processo do mensalão, Cristiane Brasil foi anunciada como ministra pelo presidente Michel Temer. No entanto, a posse dela foi suspensa, após a justiça atender uma ação popular que questionava a nomeação. Um juiz federal acatou a ação popular e entendeu que existe desrespeito à Constituição Federal no que se refere à moralidade administrativa, afinal como alguém condenada na justiça do trabalho pode tomar posse como Ministra do Trabalho? Cabe lembrar que a ação popular foi motivada após a divulgação da notícia de que Cristiane Brasil foi condenada a pagar R\$ 60 mil por dívidas trabalhistas a dois ex-motoristas. Desde então, a AGU recorre para assegurar a posse. Três recursos foram rejeitados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), mas o governo tinha conseguido reverter a decisão no STJ e garantir a nomeação. Entretanto, decisão da ministra Cármen Lúcia adiou novamente a posse. No recurso, os advogados afirmaram que a competência para julgar o caso era do STF, e não do STJ.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

6. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) COMENTÁRIOS

A vacina contra febre amarela foi dividida em várias doses para imunizar mais pessoas. A técnica já foi usada na África, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). É a primeira vez que acontece o fracionamento de vacina no Brasil. A dose fracionada tem 0,1 ml, enquanto que uma dose convencional tem 0,5 ml. A vacina permite a imunização por oito anos. O Ministério da Saúde anunciou que a vacina fracionada vai ser aplicada em três estados: Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. A campanha vai ser feita apenas onde há evidência de circulação do vírus e um grande risco de transmissão.

GABARITO ALTERNATIVA “A”

7. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) COMENTÁRIOS

A metodologia usada na elaboração do *ranking* do relatório “Doing Business” foi alterada em diversas ocasiões, de modo que contribuiu para favorecer um governo liberal de centro-direita e “prejudicar” um governo de centro-esquerda. Nos últimos quatro anos, durante o mandato da presidente Michelle Bachelet (2014-2018), de centro-esquerda, a metodologia foi alterada para que a competitividade do Chile tivesse resultados negativos. No mandato anterior, do liberal de centro-direita Sebastián Piñera (2010-2014), o ranking favoreceu o país sul-americano. A posição do Chile no “Doing Business”, que mede a competitividade dos negócios de mais de cem países, variou da 25ª posição ao 57º lugar desde 2006. Durante a presidência da socialista Bachelet, entre 2006 e 2010 e 2014 e 2018, o país só perdeu posições no ranking. Entre 2010 e 2014, na presidência de Piñera, o desempenho chileno no “Doing Business” melhorou.

GABARITO ALTERNATIVA “C”

8. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) COMENTÁRIOS

Os promotores de Justiça Beatriz Fonseca e Eduardo Valério entraram com uma ação civil pública com pedido de liminar contra os responsáveis pelo bloco carnavalesco “Porão do DOPS 2018”. O objetivo era impedir que o bloco fizesse apologia à tortura caso desfile neste carnaval. Na ação os promotores lembram que entre os homenageados do bloco estão o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra quanto o delegado Sérgio Paranhos Fleury, “considerados notórios torturadores pelo Estado Brasileiro”, via relatório da Comissão Nacional da Verdade.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

9. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) COMENTÁRIOS

- Em Cajazeiras, na periferia de Fortaleza-CE, uma guerra de facções está por trás do assassinato de 14 pessoas em uma casa de forró. A casa de forró era frequentada por membros do Comando Vermelho (CV), o ataque é atribuído aos Guardiões do Estado (GDE), uma facção local.

- Em 19/12/2017, policiais e bombeiros militares do Estado do Rio Grande do Norte declararam paralisação das atividades. A Polícia Civil começou a trabalhar em regime de plantão. Os policiais reivindicavam o pagamento dos salários e melhores condições de trabalho. Em 09/01/2018, policiais e bombeiros militares do Rio Grande do Norte aceitaram a proposta do Governo do Estado para encerrar a greve, iniciada no dia 19 de dezembro. Mais cedo, os policiais civis já haviam anunciado que retomariam o trabalho. Delegados, agentes e escrivães estavam em greve desde o dia 20 de dezembro.

GABARITO ALTERNATIVA “E”

10. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – 2018) COMENTÁRIOS

Os curdos são um povo sem Estado que vivem entre o Iraque, Irã, Turquia e Síria. São aproximadamente 35 milhões de pessoas, em sua maioria muçulmanos sunitas. Estão estabelecidos em uma área de cerca de meio milhão de quilômetros quadrados. Os curdos, que reivindicam a criação de um Curdistão unificado, são percebidos como uma ameaça à integridade territorial dos países em que estão estabelecidos. Na Turquia, o conflito entre o governo e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foi retomado em 2015. Desde 1984, a crise causou mais de 40 mil mortes.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

11. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) COMENTÁRIOS

Polônia aprova lei que pune alusão a elo do país com Holocausto. O Parlamento da Polônia aprovou o projeto de lei que penaliza qualquer insinuação à cumplicidade do país com o Holocausto, que ocorreu em parte em seu território durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os infratores serão condenados a 3 anos de prisão por menções ao termo campos de extermínio poloneses, visto pela Polônia como depreciativo por sugerir que o país teve alguma responsabilidade nas instalações nazistas.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

12. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) COMENTÁRIOS

Todos os dias quase 400 venezuelanos recém-chegados ao Brasil fazem fila na porta da Polícia Federal em Boa Vista. Em 2016, no início da onda migratória de venezuelanos para o Brasil em consequência da crise sociopolítica em seu país natal, homens em idade produtiva eram maioria. Hoje, famílias inteiras aportam com uma ou duas malas e poucas perspectivas. Cerca de 40 mil venezuelanos estão na capital de Roraima, nas contas da prefeitura - mais de 10% da população da cidade de 330 mil habitantes. Os sistemas municipais de saúde e educação estão exauridos, os dois abrigos estaduais, superlotados há meses, e o fluxo só aumenta.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

13. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) COMENTÁRIOS

O presidente da África do Sul, Jacob Zuma, renunciou após dias de pressão do próprio partido, o ANC (sigla em inglês para Congresso Nacional Africano), e uma série de acusações de corrupção que mancham seu histórico como um dos líderes da luta pelo fim de *apartheid* ao lado de Nelson Mandela.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

14. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) COMENTÁRIOS

A intensa onda de violência, pela qual passa o Estado do Rio de Janeiro, levou o presidente Michel Temer e o governador Fernando Pezão a decretar Intervenção Federal. A segurança pública do Rio de Janeiro deixa de ser uma responsabilidade do estado e passa a ser comandada pelas Forças Armadas até 31/12/2018. O controle da operação fica a cargo do general Walter Souza Braga Netto, chefe do Comando Militar do Leste. Ele foi um dos responsáveis pela coordenação da segurança durante a Olimpíada do Rio, em 2016, e também ocupou o serviço de inteligência do Exército. Com essa decisão, o secretário de segurança do RJ, Roberto Sá, ficará afastado de suas funções enquanto durar a intervenção.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

BLOCO III

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

01. LEI Nº 13.146/2015

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Artigos: 1º ao 13; 34 ao 38.

02. RESOLUÇÃO Nº 230/2016 DO CNJ

Com as alterações vigentes até a publicação deste edital.



QUESTÕES

LEI Nº 13.146 DE 2015

Estatuto da Pessoa com Deficiência

01. (VUNESP – TJ-SP – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – ADAPTADA) O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei brasileira nº 13.146/2015, A) resultou da condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da recomendação internacional para que o país incluísse medidas protetivas da pessoa com deficiência em sua legislação.

B) baseia-se na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em seu Protocolo Facultativo, em vigor no plano interno desde a promulgação do respectivo Decreto, em 2009.

C) constitui mudança legislativa relevante do ponto de vista humanitário, mas de pouco impacto jurídico, considerando que é norma programática que não inova na ordem jurídica.

D) inspira-se na diretriz da incapacidade da pessoa com deficiência, para sua proteção.

E) baseia-se na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em seu Protocolo Obrigatório, em vigor no plano interno desde a promulgação do respectivo Decreto, em 2009.

02. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Quanto aos direitos da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

A) Residências inclusivas são unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência.

B) A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as diretrizes, sendo uma delas a provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.

C) Acompanhante, segundo o conceito trazido na Lei nº 13.146/2015, é a pessoa, membro ou não da família que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

D) Considera-se mobiliário urbano quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.

E) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei não fica condicionada aos protocolos de atendimento médico.

03. (CESPE – TRE-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO-ÁREA ADMINISTRATIVA – ADAPTADA) Considerando expressamente o que prevê a legislação relativa à pessoa com deficiência, assinale a opção correta.

A) A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de urgência, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.

B) A pessoa com deficiência deverá ser submetida à intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou à institucionalização forçada.

C) O princípio do desenho universal não é aplicável a serviços, mas apenas a produtos e ambientes.

D) A acessibilidade deve ser entendida não só como direito, mas também como garantia para o pleno exercício de demais direitos.

E) Havendo vagas decorrentes de ação afirmativa, a pessoa com deficiência deverá, necessariamente, concorrer pelas cotas.

04. (CESPE – TRE-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO-ÁREA ADMINISTRATIVA – ADAPTADA) A respeito dos direitos das pessoas com deficiência e dos conceitos estabelecidos pela legislação de regência, assinale a opção correta.

A) As adaptações razoáveis visam a assegurar que a pessoa com deficiência goze ou exerça, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades individuais.

B) O serventuário da justiça que, no exercício de suas funções, tomar conhecimento de violação aos direitos de pessoa com deficiência deve remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

C) O conceito de atendente pessoal abarca a prestação, por enfermeiro, de serviço de enfermagem a pessoas com deficiência.

D) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

E) A isenção do imposto de renda é um dos benefícios reservados à pessoa com deficiência, não se estendendo a seu acompanhante.

05. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Considerando o disposto na Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) – assinale a opção correta.

A) A pessoa com deficiência e o seu acompanhante tem assegurado o atendimento prioritário quanto à tramitação processual, aos procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

B) Em qualquer situação a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

C) O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela poderá ser suprido, na forma da lei.

D) A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada sempre que houver indícios de risco direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.

E) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo a condição de adotante em processo de adoção.

06. (CONSULPLAN – TRF-2ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA – ADAPTADA) Analise as afirmativas a seguir.

I. Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

II. Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

III. Moradia para a vida independente da pessoa com deficiência é aquela com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, está correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e III, apenas.

07. (FCC – TRE-SP – TÉCNICO JUDICIÁRIO-ÁREA ADMINISTRATIVA) Para responder à questão, considere a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que, observado o disposto em regulamento, seja por tempo

- A) indeterminado e concomitante à inclusão profissional na empresa.
- B) determinado e anterior à inclusão profissional na empresa.
- C) determinado e concomitante à inclusão profissional na empresa.
- D) indeterminado e anterior à inclusão profissional na empresa.
- E) determinado e posterior à inclusão profissional na empresa.

08. (FCC – TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA) Para responder à questão, considere a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observando-se, entre outras diretrizes, a

- A) articulação de políticas públicas que, na hipótese, não ocorra de forma intersetorial.
- B) provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, excluída a disponibilização de agente facilitador.
- C) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, exceto atitudinais.
- D) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho.
- E) vedação à participação de organizações da sociedade civil.

09. (PREF. DE FORTALEZA-CE – PSICÓLOGO – ADAPTADA) De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – quanto ao Direito ao Trabalho é correto afirmar:

- A) A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, exceto quanto à igual remuneração por trabalho de igual valor.
- B) As pessoas jurídicas de direito público são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos e as de direito privado ficam com a responsabilidade exclusiva de manter ações de promoção valorativa às pessoas com deficiência.
- C) É garantida aos trabalhadores com deficiência, que demonstrem bom desempenho cognitivo e de aprendizagem, a acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.
- D) É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.
- E) Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem sempre prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito.

10. (FUNIVERSA – IF-AP – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS) Para fins de aplicação da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), existem vários tipos de barreiras que são obstáculos à participação social e à liberdade das pessoas com necessidades especiais. A propósito desse assunto, as barreiras

- A) tecnológicas são os entraves, os obstáculos, as atitudes ou os comportamentos que dificultam a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação.
- B) nos transportes são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- C) urbanísticas são as existentes nos edifícios públicos e privados.
- D) nas comunicações são as existentes nos sistemas e meios de transportes.
- E) atitudinais são os comportamentos que impedem a participação social da pessoa com deficiência.

11. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Considerando o disposto expressamente na Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) – considera-se _____ em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por _____, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos _____ de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Preenche correta e respectivamente as lacunas do enunciado o disposto na alternativa:

- A) discriminação/ ação ou omissão/ direitos e das liberdades fundamentais.
- B) igualdade de oportunidades/ ação / direitos civis e das garantias fundamentais.
- C) negligência/ opressão/ direitos disponíveis e das garantias fundamentais.
- D) exploração/ ação/ direitos difusos e indisponíveis.
- E) discriminação/ omissão/ direitos constitucionais.

12. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) De acordo com o que dispõe a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), julgue o item a seguir.

O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica. E em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.

() CERTO () ERRADO

13. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Conforme disposto na Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acerca da habilitação e reabilitação profissional, assinale a alternativa incorreta:

- A) Equipe multidisciplinar indicará programa de habilitação ou de reabilitação que possibilite à pessoa com deficiência restaurar sua capacidade e habilidade profissional ou adquirir novas capacidades e habilidades de trabalho.
- B) A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho.
- C) Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional devem ser dotados de recursos necessários para atender a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica, a fim de que ela possa ser capacitada para trabalho que lhe seja adequado e ter perspectivas de obtê-lo, de conservá-lo e de nele progredir.

MATEMÁTICA

01. Operações com números reais.
02. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.
03. Razão e proporção.
04. Porcentagem.
05. Regra de três simples e composta.
06. Média aritmética simples e ponderada.
07. Juros simples.
08. Equação do 1.º e 2.º graus.
09. Sistema de equações do 1.º grau.
10. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos.
11. Sistemas de medidas usuais.
12. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras.
13. Resolução de situações-problema.



QUESTÕES

01. (VUNESP – PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS – SP – PROFESSOR) Os salários de uma empresa são definidos a partir do cargo ocupado pelo funcionário, de modo que funcionários de mesmo cargo recebem o mesmo salário. Essa empresa possui 5 chefes de seção e 3 gerentes, de modo que a soma do salário desses 8 funcionários é igual a R\$ 65.900,00. Sabendo que os chefes de seção ganham R\$ 7.300,00 a menos que os gerentes, então os salários dos 5 chefes de seção totalizam, juntos,

- A) R\$ 27.500,00.
- B) R\$ 29.300,00.
- C) R\$ 29.750,00.
- D) R\$ 36.625,00.
- E) R\$ 38.400,00.

02. (VUNESP – PREFEITURA DE GUARULHOS - SP – ASSISTENTE DE GESTÃO ESCOLAR) Uma professora tinha certa quantidade de provas para corrigir. Reuniu todas em uma pasta e iniciou a correção. Corrigiu inicialmente 16 provas e, num segundo momento, corrigiu $\frac{3}{4}$ das restantes. Fez uma pausa e, em seguida, corrigiu as últimas 15 provas, concluindo o serviço. O número total de provas que estavam na pasta e foram corrigidas pela professora é

- A) 80.
- B) 78.
- C) 76.
- D) 72.
- E) 68.

03. (VUNESP – PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS – SP – PROFESSOR)

O Fator de Proteção Solar (FPS) presente nos protetores solares aumenta o tempo que a pele fica protegida dos raios solares. Por exemplo, uma pele que leva dez minutos para sofrer os efeitos do sol, ao passar protetor solar com FPS 15, fica protegida por 15 vezes aquele tempo, nesse caso, 150 minutos.

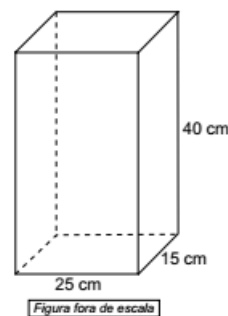
Considere uma pessoa cuja pele sem proteção sofre os efeitos do sol após 18 minutos. Ao fazer uso de um protetor solar de FPS 25, ela terá sua pele protegida dos efeitos do sol por até

- A) 4h 50min.
- B) 5h 10min.
- C) 5h 50min.
- D) 6h 50min.
- E) 7h 30min.

04. (VUNESP – PREFEITURA DE SUZANO– SP – GUARDA CIVIL MUNICIPAL) O comprimento de um terreno retangular tem 15 metros a mais do que sua largura. Sabendo que o perímetro desse terreno tem 110 metros, então a medida de seu comprimento, em metros, é

- A) 20.
- B) 25.
- C) 30.
- D) 35.
- E) 40.

05. (VUNESP – PREFEITURA DE SUZANO– SP – GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Um recipiente que tem a forma de um prisma reto, cujas medidas internas estão indicadas na figura, está totalmente cheio de água.



Sabendo que $1 \text{ mL} = 1 \text{ cm}^3$, então, se forem retirados 3 litros dessa água, a água restante dentro do recipiente atingirá uma altura de

- A) 36 cm.
- B) 35 cm.
- C) 34 cm.
- D) 33 cm.
- E) 32 cm.

06. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO) Um feirante compra mangas ao preço de R\$ 0,80 para cada duas unidades. Certo dia, ele vendeu 120 mangas ao preço de R\$ 6,60 para cada 6 unidades e n mangas ao preço de R\$ 4,50 para cada 5 unidades. Se, nesse dia, o lucro obtido com a venda das mangas foi igual a R\$ 224,00, então o número total de mangas que o feirante vendeu, nesse dia, foi

- A) 480.
- B) 400.
- C) 420.
- D) 320.
- E) 280.

07. (VUNESP – UNESP-SP – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I) No início de 2015, Rodrigo decidiu investir seu 13º salário em moedas estrangeiras. No entanto, como estava em dúvida sobre qual seria o melhor investimento, optou por comprar 1000 dólares e 500 euros para vendê-los no final do ano. A tabela a seguir mostra o preço de cada moeda, em reais, no período da compra e da venda.

MOEDA	COMPRA 05/01/2015	VENDA 21/12/2015
dólar	R\$ 2,70	R\$ 4,00
euro	R\$ 3,25	R\$ 4,40

Sendo assim, o lucro total gerado pelo investimento, que é obtido a partir da diferença entre os valores obtidos nas vendas e empregados nas compras de dólares e euros, é igual a

- A) R\$ 8.800,00.
- B) R\$ 6.200,00.
- C) R\$ 4.475,00.
- D) R\$ 4.325,00.
- E) R\$ 1.875,00.

08. (VUNESP – PREFEITURA DE GUARULHOS-SP – AGENTE ESCOLAR) Carlos é fabricante de sucos e vende sua produção somente em caixinhas, cada uma com 200 mililitros de suco, ao preço unitário de R\$ 1,50. Certa vez, ele recebeu uma encomenda de 500 litros do suco que ele fabrica, o que correspondeu a uma venda no total de

- A) R\$ 3.750,00.
- B) R\$ 4.000,00.
- C) R\$ 4.250,00.
- D) R\$ 4.500,00.
- E) R\$ 5.000,00.

GABARITO COMENTADO

01. (VUNESP – PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS – SP – PROFESSOR)

COMENTÁRIOS:

Representaremos os Gerentes = G Representaremos os Chefes = C Portanto: $5C + 3G = 65.900,00$

Se os chefes de seção ganham R\$ 7.300,00 a menos que os gerentes, então os gerentes ganham, juntos, o que os chefes de seção ganham + 7.300,00. Portanto: $G = C + 7.300,00$

Como a questão quer o valor dos chefes (C), vamos substituir a variável Gerentes (G), buscando o seu valor na 1ª equação, qual seja: $5C + 3(C + 7.300,00) = 65.900,00$

Resolvendo:

$$5C + 3(C + 7.300,00) = 65.900,00$$

$$5C + 3C + 21.900,00 = 65.900,00$$

$$8C = 65.900,00 - 21.900,00$$

$$8C = 44.000,00$$

$$C = \frac{44.000,00}{8}$$

$$C = 5.500,00$$

Como a questão pede o valor do salário dos 5 chefes de seção, basta multiplicar 5.500,00 por cinco:

$$C = 5.500,00 \cdot 5$$

$$C = 27.500,00$$

GABARITO ALTERNATIVA “A”

02. (VUNESP – PREFEITURA DE GUARULHOS - SP – ASSISTENTE DE GESTÃO ESCOLAR)

COMENTÁRIOS:

Total de provas = P .Se já corrigiu 16, então restaram $P - 16$.

$$P = 16 + \frac{3}{4}(P - 16) + 15$$

$$P = 16 + \frac{3P - 48}{4} + 15$$

$$P = \frac{64 + 3P - 48 + 60}{4}$$

$$4P - 3P = 76$$

$$P = 76$$

GABARITO ALTERNATIVA “C”

03. (VUNESP – PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS – SP – PROFESSOR)

COMENTÁRIOS:

O enunciado diz que uma pele leva 10 minutos para sofrer os efeitos do sol e que, ao passar protetor solar com FPS 15, ficará protegida por 15 vezes aquele tempo, nesse caso, 150 minutos – portanto: $10 \cdot 15 = 150 \text{ minutos}$

Da mesma forma, 18 minutos para sofrer efeitos do sol, com FPS 25, aumentará 25 vezes o tempo de proteção, portanto: $18 \cdot 25 = 450 \text{ minutos}$

Como as alternativas estão em horas, basta fazer a conversão: $450 \div 60 = 7h \text{ e } 30 \text{ minutos}$

GABARITO ALTERNATIVA “E”

04. (VUNESP – PREFEITURA DE SUZANO– SP – GUARDA CIVIL MUNICIPAL)

COMENTÁRIOS:

Para calcular o perímetro do retângulo, basta somar os seus lados = 110 metros.

Largura = L Comprimento = $L + 15$

$$P = 2 \cdot (L + C)$$

Montando a equação, teremos:

$$110 = 2 \cdot (L + L + 15)$$

$$110 = 2 \cdot (2L + 15)$$

$$110 = 4L + 30$$

$$4L = 110 - 30$$

$$4L = 80$$

$$L = 20 \text{ metros}$$

A questão pede a medida do comprimento em metros:

$$\text{Comprimento} = L + 15$$

$$C = 20 + 15$$

$$C = 35 \text{ metros}$$

GABARITO ALTERNATIVA “D”

05. (VUNESP – PREFEITURA DE SUZANO– SP – GUARDA CIVIL MUNICIPAL)

COMENTÁRIOS:

O volume do prisma reto é igual ao produto da área da base pela altura: $V = A \cdot B \cdot C$

$$V = 25 \cdot 15 \cdot 40$$

$$V = 15.000 \text{ cm}^3 \rightarrow 15L$$

Se forem retirados 3 litros dessa água, a água restante dentro do recipiente atingirá uma altura de:

$$15L - 3L = 12L \rightarrow 12.000 \text{ cm}^3$$

Calculando o novo volume, teremos:

$$12.000 = 25 \cdot 15 \cdot c$$

$$12.000 = 375 c$$

$$c = 32 \text{ cm}$$

GABARITO ALTERNATIVA “E”

06. (VUNESP – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉC. JUDICIÁRIO)

COMENTÁRIOS:

Compra: 2 mangas por R\$ 0,80 cada, então cada 1 custa = R\$ 0,40.

Venda: 6 por R\$ 6,60, então 1 = R\$ 1,10 e

5 por R\$ 4,50, então 1 = R\$ 0,90.

Lucro unitário: R\$ 1,10 - 0,40 = R\$ 0,70;

R\$ 0,90 - 0,40 = R\$ 0,50.

Lucro total: 120 mangas a R\$ 0,70 = 84.

N mangas a R\$ 0,50 = 0,5N

$$84 + 0,5N = 224$$

$$0,5N = 224 - 84$$

$$0,5N = 140$$

$$N = \frac{140}{0,5}$$

$$N = 280$$

$$\therefore 280 + 120 = 400$$

GABARITO ALTERNATIVA “B”

INFORMÁTICA

01. MS-WINDOWS 10

Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos

02. MS-WORD 2016

Estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.

03. MS-EXCEL 2016

Estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados.

04. CORREIO ELETRÔNICO

Uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.

05. INTERNET

Navegação internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.



QUESTÕES

01. (VUNESP - TJM-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADAPTADA) No Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, um usuário começou a desenhar uma tabela, conforme imagem a seguir:

100	
-----	--

Em seguida, ele executou o seguinte procedimento: selecionou a primeira célula, cujo conteúdo é 100, clicou no ícone Dividir Células, que é encontrado em Ferramentas de Tabela, guia Layout, grupo Mesclar e, na caixa de diálogo Dividir Células, informou 2 colunas e 1 linha. Finalmente, clicou em Ok. Assinale a alternativa que apresenta o resultado correto dessa operação.

A)

50	50	
----	----	--

B)

1	0	0
---	---	---

C)

	100	
--	-----	--

D)

100		
-----	--	--

E)

100		
-----	--	--

02. (VUNESP - PC-SP - INVESTIGADOR DE POLÍCIA - ADAPTADA) Considere os seguintes textos, numerados de 1 a 4, editados no MS-Word 2016:

1	Texto
2	Texto
3	Texto
4	Texto






Os efeitos/ estilos de fonte dos textos apresentados são:

- A) 1-Tachado (estilo), 2-Sublinhado (efeito), 3-Itálico (efeito) e 4-Tachado (estilo).
 B) 1-Riscado (efeito), 2-Destacado (efeito), 3-Sublinhado tracejado (efeito) e 4-Tachado composto (efeito).
 C) 1-Itálico (efeito), 2-Destacado (estilo), 3-Tracejado (estilo) e 4-Itálico duplo (efeito).
 D) 1-Tachado (efeito), 2-Sublinhado (estilo), 3-Sublinhado (estilo) e 4-Tachado duplo (efeito).
 E) 1-Destacado (efeito), 2-Sublinhado (efeito), 3-Pontilhado (estilo) e 4-Tachado (estilo).

03. (VUNESP - MPE-SP - ANALISTA TÉCNICO CIENTÍFICO - BIÓLOGO - ADAPTADA) Comparando dois documentos criados no Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, sendo um deles em modo paisagem e outro em modo retrato, mas ambos com a mesma fonte e tamanho de letra, e margens, assinale a alternativa correta.

- A) O documento em modo paisagem tem mais caracteres por linha do que o documento em modo retrato.
 B) O documento em modo retrato tem menos linhas do que o documento em modo paisagem.
 C) Ambos os documentos têm a mesma quantidade de caracteres por linha.
 D) O documento em modo paisagem tem menos caracteres por linha do que o documento em modo retrato.
 E) O documento em modo paisagem só pode ser configurado como tamanho A4.

04. (VUNESP - PREFEITURA DE SÃO PAULO - SP - ANALISTA FISCAL DE SERVIÇOS - ADAPTADA) Assinale a alternativa que contém o ícone do MS-Word 2016, em sua configuração-padrão, usado para mostrar marcas de parágrafo e outros símbolos de formatação ocultos.

- A) 
 B) 
 C) 
 D) 
 E) 

05. (VUNESP - CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ - SP - OFICIAL LEGISLATIVO - ADAPTADA) No MS-Word 2016, em sua configuração-padrão, as formatações “Alinhar à Esquerda” e “Numeração” são formatações aplicadas a

- A) Parágrafo.
 B) Fonte.
 C) Seção.
 D) Página.
 E) Tema.






06. (VUNESP - PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP - ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - ADAPTADA) Observe a figura com um sumário de um trabalho de conclusão de curso redigido no MS-Word 2016, na sua configuração-padrão.

SUMÁRIO	
1 INTRODUÇÃO	14
2 PROCESSO DE ESTRATÉGIA	20
3 MUDANÇA ESTRATÉGICA	35
3.1 A PESQUISA SOBRE MUDANÇA DE ESTRATÉGIA	38
3.2 OS PLANOS ESTRATÉGICOS	65
4 MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO	68
4.1 ESTRATÉGIA	73
4.1.1 Análise ambiental	75
4.1.2 Tipos de estratégia	78
4.2 IMPLEMENTAÇÃO	86
5 APRESENTAÇÃO DO CASO NO SETOR TÊXTIL	93
5.1 DESCRIÇÃO DO SETOR TÊXTIL	94
5.2 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	95
5.2.1 Contextos interno e externo	97
5.2.2 Processos	99
5.2.2.1 Planejamento estratégico	100
5.2.2.2 Monitoramento e controle	102
5.2.2.3 Pessoas	103
5.2.2.3.1 Representantes comerciais	103
5.2.2.3.2 Equipe interna	104
6 CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A - Modelo de implementação	115

Assinale a alternativa que contém o(s) capítulo(s) e/ou subcapítulo(s) que será(ão) impresso(s) em sua totalidade, sabendo-se que o usuário informou os seguintes parâmetros no intervalo de páginas para impressão: 45, 83-92, 109.

- A) 3.1
 B) 4.2
 C) 5.1 e 5.2
 D) 4.2; 5; 5.1 e 5.2
 E) 3.1; 4.1.2; 4.2; 5 e 6

07. (VUNESP - CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO - SP - ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO - ADAPTADA) No MS-Word 2016, em sua configuração original, para imprimir manualmente dos dois lados é necessário que seja utilizada a seguinte opção do grupo Configurações da janela Imprimir, guia Arquivo:

- A) 
 B) 
 C) 
 D) 
 E) 

GABARITO COMENTADO

01. (VUNESP - TJM-SP - ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADAPTADA)

COMENTÁRIOS:

O comando Dividir Células, como o próprio nome já diz, tem por finalidade dividir a célula atual em várias outras células. Ao acionar o comando, escolheremos o número de linhas e colunas para a divisão. A única alternativa em que a célula atual resultou em 2 colunas e 1 linha, conforme indicado no enunciado, é a alternativa "E".

GABARITO ALTERNATIVA "E"

02. (VUNESP - PC-SP - INVESTIGADOR DE POLÍCIA - ADAPTADA)

COMENTÁRIOS:

Não confunda "efeitos de formatação" com "estilos de formatação". Veja o quadro a seguir:

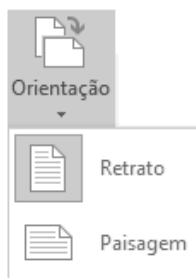
EFEITOS	ESTILOS
Tachado	Negrito
Tachado duplo	Ítálico
Sobrescrito	<u>Sublinhado</u>
Subscrito	Normal
Versalete	
Todas em maiúsculas	

Assim, a única alternativa que apresenta corretamente os efeitos/ estilos de formatação dos textos numerados de 1 a 4 é a "D".

GABARITO ALTERNATIVA "D"

03. (VUNESP - MPE-SP - ANALISTA TÉCNICO CIENTÍFICO - BIÓLOGO - ADAPTADA)

COMENTÁRIOS:



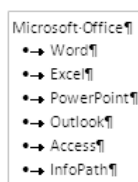
Os recursos "retrato" e "paisagem" encontram-se disponíveis na guia Layout, grupo Configurar Página, Orientação.

A opção "retrato" permite que o documento fique em pé, fazendo com que o conteúdo ocupe um espaço vertical maior. Já a opção "paisagem" mantém o documento deitado, permitindo que o conteúdo ocupe pouco espaço vertical, o que permite maior quantidade de caracteres por linha. Assim, diante do exposto, a única alternativa plausível é a "A". Talvez ocorresse dúvidas acerca da alternativa "E", entretanto, a orientação paisagem ou retrato pode ser aplicada em qualquer formato de papel.

GABARITO ALTERNATIVA "A"

04. (VUNESP - PREFEITURA DE SÃO PAULO - SP - ANALISTA FISCAL DE SERVIÇOS - ADAPTADA)

COMENTÁRIOS:



O botão **Mostrar Tudo (Ctrl+*)**, que se encontra disponível na guia Página Inicial, grupo Parágrafo, tem por finalidade mostrar marcas de parágrafo e outros símbolos de formatação ocultos, recurso esse particularmente útil para tarefas de layout avançadas. Assim, alternativa correta é a letra "D".

Obs.: em que pese o MS-Word indicar o atalho CTRL+*, somente funcionará se usar esta combinação: **Ctrl+Shift+***.

Alternativa "A" – Localizado na guia Página Inicial, Grupo Fonte, o botão **Limpar Toda a Formatação** tem por finalidade remover toda a formatação executada pelo usuário, inclusive o alinhamento, fazendo o texto retornar à formatação padrão. Alternativa "B" – Localizado na guia Inserir, Grupo Símbolos, o botão **Símbolo** permite adicionar símbolos matemáticos, de moedas, de direitos autorais que não estão, em sua maioria, disponíveis em seu teclado.

Alternativa "C" – Localizado na guia Página Inicial, Grupo Fonte, o botão **Aumentar Tamanho da Fonte (CTRL+SHIFT+>)**, como o próprio nome já diz, permite aumentar o texto em mais um ponto.

Alternativa "E" – Localizado na guia Página Inicial, Grupo Fonte, o botão **Efeitos de Texto e Tipografia** permite aplicar diversos modelos de efeitos ao texto selecionado, como sombra ou brilho, por exemplo. É possível, também, alterar as configurações de tipografia para permitir ligações ou escolher um conjunto estilístico.

GABARITO ALTERNATIVA "D"

05. (VUNESP - CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ - SP - OFICIAL LEGISLATIVO - ADAPTADA)

COMENTÁRIOS:

As formatações que podem ser aplicadas a determinado parágrafo estão na Guia Página Inicial, Grupo Parágrafo. São exemplos de formatações aplicadas a parágrafos:

- Marcadores;
- Numeração;
- Lista de Vários Níveis;
- Diminuir Recuo;
- Aumentar Recuo;
- Alinhar à Esquerda (CTRL+Q);
- Centralizar (CTRL+E);
- Alinhar à Direita (CTRL+G);
- Justificar (CTRL+J);
- Espaçamento de Linha e Parágrafo;
- Sombreamento;
- Bordas.

GABARITO ALTERNATIVA "A"

06. (VUNESP - PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP - ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - ADAPTADA)

COMENTÁRIOS:

O enunciado da questão enfatiza o(s) capítulo(s) e/ou subcapítulo(s) que será(ão) impresso(s) em sua **totalidade**. Diante do exposto, percebe-se que apenas o subcapítulo 4.2, posicionado entre o intervalo 83-92, seria impresso totalmente. Os demais capítulo(s) e/ou subcapítulo(s) seriam parcialmente impressos. Perceba que o intervalo de página 45 abrange uma parte do subcapítulo 3.1, visto que ele se inicia na página 38 e o intervalo de página 109 abrange uma parte do capítulo Conclusão, visto que tal capítulo se inicia na página 106.

GABARITO ALTERNATIVA "B"

07. (VUNESP - CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO - SP - ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO - ADAPTADA)

COMENTÁRIOS:

Alternativa "A" – refere-se à opção Imprimir em Um Lado, ou seja, é utilizado para imprimir apenas um lado da página.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Visa avaliar a habilidade do candidato em entender a estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Visa também avaliar se o candidato identifica as regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição.

As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas:

- 01.** Estruturas lógicas e lógicas de argumentação;
- 02.** Diagramas lógicos;
- 03.** Sequências.



QUESTÕES

1. (VUNESP – PC-SP – ATENDENTE DE NECROTÉRIO POLICIAL) A respeito de 5 amigos com alturas distintas, sabe-se que Carlos é mais alto que Márcia e mais baixo que Ana. Sabe-se também que Ana é mais alta que Débora, que não é mais baixa que Carlos. Se Otávio não é mais alto que Márcia, então é verdade que a segunda e a quarta maiores alturas são, respectivamente, as de

- A) Ana e Débora.
- B) Carlos e Otávio.
- C) Débora e Carlos.
- D) Ana e Márcia.
- E) Débora e Márcia.

2. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR) Das sentenças abaixo, quantas podem ser consideradas proposições lógicas?

- I - Rita foi à casa de Rubens.
- II - Manoela é uma garota muito bonita.
- III - Ele chegou atrasado para a reunião.
- IV - Cida disse que Raimundo é lindo.
- V - O filme já acabou?

- A) Apenas uma.
- B) Apenas duas.
- C) Apenas três.
- D) Apenas quatro.
- E) Todas.

3. (VUNESP – PC-SP – DESENHISTA TÉCNICO-PERICIAL) Considerando os valores de verdade atribuídos a cada proposição, assinale a alternativa correta.

$p = V$

$q = F$

- A) $p \wedge q$ é verdadeira.
- B) $\neg q$ é falsa.
- C) q é verdadeira.
- D) $\neg p$ é verdadeira.
- E) $p \vee q$ é verdadeira.

4. (VUNESP – PC-SP – DESENHISTA TÉCNICO-PERICIAL) Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, os valores de verdade faltantes nas células 1, 2 e 3 da tabela-verdade mostrada a seguir.

p	q	$\neg p$	$\neg q$
V	V	1	3
V	F	F	V
F	V	2	F
F	F	V	V

- A) F, V, F
- B) V, F, F
- C) V, V, V
- D) F, F, F
- E) V, F, V

5. (VUNESP – PC-SP – MÉDICO LEGISTA) As afirmações I, II e III estão associadas a conceitos básicos do raciocínio lógico ou da Teoria dos Conjuntos:

- I. O valor lógico de uma conjunção de duas proposições é verdade somente quando ambas as proposições são verdadeiras.
- II. Em uma afirmação condicional cujo valor lógico é verdade, a antecedente e a conseqüente sempre são verdadeiras.
- III. A reunião de conjuntos está associada à disjunção inclusiva, ao passo que a interseção de conjuntos está relacionada à conjunção.

Avaliando-se as afirmações I, II e III, pode-se concluir corretamente que o valor lógico delas são, respectivamente,

- A) falsidade, verdade, verdade.
- B) verdade, falsidade, verdade.
- C) verdade, verdade, verdade.
- D) verdade, verdade, falsidade.
- E) falsidade, falsidade, falsidade.

6. (VUNESP – PC-SP – DELEGADO) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$
- C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\neg p$
- D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\neg q$
- E) $p \vee q$, $\neg q$, $p \vee q$

7. (VUNESP – PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA) Na lógica clássica, as proposições que compõem um raciocínio são classificadas como: (1) universais ou particulares e (2) afirmativas ou negativas. Assim sendo, as proposições “todo ser humano é mortal”, “algumas pessoas não usam óculos” e “alguns motoristas são descuidados” são classificadas, respectivamente, como:

- A) particular afirmativa, universal negativa e universal afirmativa.
- B) particular afirmativa, universal negativa e particular afirmativa.
- C) universal afirmativa, particular afirmativa e particular negativa.
- D) particular negativa, particular afirmativa e universal afirmativa.
- E) universal afirmativa, particular negativa e particular afirmativa.

08. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE) Se todo estudante de uma disciplina A é também estudante de uma disciplina B e todo estudante de uma disciplina C não é estudante da disciplina B, então é verdade que

- A) algum estudante da disciplina B é estudante da disciplina C.
- B) nenhum estudante da disciplina B é estudante da disciplina A.
- C) nenhum estudante da disciplina A é estudante da disciplina B.
- D) nenhum estudante da disciplina A é estudante da disciplina C.
- E) algum estudante da disciplina A é estudante da disciplina C.

9. (VUNESP – PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA) Considere as seguintes premissas: “Todos os generais são oficiais do exército”. “Todos os oficiais do exército são militares”. Para obter um silogismo válido, a conclusão que logicamente se segue de tais premissas é:

- A) “Alguns oficiais do exército são militares”.
- B) “Nenhum general é oficial do exército”.
- C) “Alguns militares não são oficiais do exército”.
- D) “Todos os militares são oficiais do exército”.
- E) “Todos os generais são militares”.

10. (VUNESP – PC-SP – PERITO CRIMINAL) Considere a afirmação seguinte:

O local do crime não foi violado e o exame pericial foi realizado.
Uma negação lógica para essa afirmação está contida na alternativa:

- A) O local do crime não foi violado ou o exame pericial foi realizado.
- B) O local do crime foi violado e o exame pericial não foi realizado.
- C) O local do crime foi violado, mas o exame pericial foi realizado.
- D) O local do crime foi violado ou o exame pericial não foi realizado.
- E) O local do crime não foi violado, mas o exame pericial não foi realizado.

6. (VUNESP – PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA)

COMENTÁRIOS:

A conjunção é representada pelo conectivo “ \wedge ”, a negação pelo conectivo unário “ \sim ” ou pelo “ \neg ” e a implicação, que é uma condicional, pelo conectivo “ \rightarrow ”.

GABARITO ALTERNATIVA “B”

7. (VUNESP – PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA)

COMENTÁRIOS:

Segundo o quadro de oposições, as proposições quantificadas, pelo quantificador:

I-TODO – São chamadas de “universais afirmativas”.

II-NENHUM – São chamadas de “universais negativas”.

III-ALGUM é – São chamadas de “particulares afirmativas”.

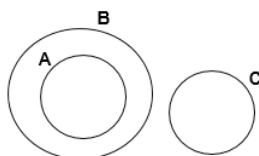
IV-ALGUM NÃO é – São chamadas de “particulares negativas”.

GABARITO ALTERNATIVA “E”

08. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCN. JUDICIÁRIO)

COMENTÁRIOS:

Montando o diagrama:



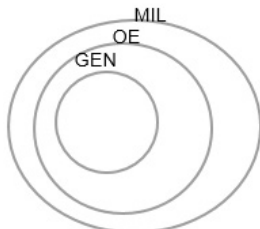
Perceba que não há elementos de “A” em “C”.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

9. (VUNESP – PC-SP – ESCRIVÃO DE POLÍCIA)

COMENTÁRIOS:

Utilizando os diagramas lógicos:



Podemos observar que o Conjunto de todos os militares (MIL) contém o conjunto de todos os oficiais do exército (OE) que contém o conjunto de todos os generais (GEM), portanto, “Todos os generais são militares”.

GABARITO ALTERNATIVA “E”

10. (VUNESP – PC-SP – PERITO CRIMINAL)

COMENTÁRIOS:

A questão trata da negação da estrutura da conjunção (e), assim, utilizaremos a disjunção (ou) da negação das componentes, ou seja, a negação de $(p \wedge q)$ é dada pela proposição $(\sim p \vee \sim q)$.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

11. (VUNESP – PC-SP – PERITO CRIMINAL)

COMENTÁRIOS:

A 2ª proposição (Clóvis porta arma) está afirmando a antecedente da consequência da 1ª proposição.

A 3ª proposição (Clóvis não dirige viatura) está negando a consequente da consequente da 1ª proposição o que torna essa consequente (ele porta arma e dirige viatura) falsa, pois é uma conjunção.

Assim, sabemos que quando se nega a conclusão de uma condicional, temos que, também, negar a sua condição.

GABARITO ALTERNATIVA “A”

12. (VUNESP – PC-SP – PERITO CRIMINAL)

COMENTÁRIOS:

Duas ou mais proposições serão equivalentes quando todos os resultados de validações, de suas respectivas tabelas verdade, forem iguais.

São duas as equivalências, mais cobradas em provas, para a estrutura da condicional.

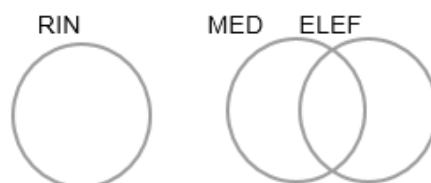
1ª $(\sim p \vee q)$ e 2ª $(\sim q \rightarrow \sim p)$

GABARITO ALTERNATIVA “E”

13. (VUNESP – PC-SP – AUXILIAR DE PAPIOSCOPISTA POLICIAL)

COMENTÁRIOS:

Utilizando os diagramas lógicos:



Podemos perceber que os elefantes (ELEF) que são medrosos (MED) não podem ser rinocerontes (RIN).

GABARITO ALTERNATIVA “E”

14. (VUNESP – PC-SP – AUXILIAR DE PAPIOSCOPISTA POLICIAL)

COMENTÁRIOS:

Sabemos que quem roubou os brincos sempre mente, portanto não pode ser Ercílio, pois sabemos que ele disse a verdade e, se ele disse a verdade dizendo que “Ildo roubou o anel”, então Ildo também não é o ladrão dos brincos, sobrando o Auro para ser tal pessoa.

Assim, Auro roubou os brincos, Ildo roubou o anel e Ercílio roubou o colar.

GABARITO ALTERNATIVA “D”

15. (QUESTÃO ELABORADA PELO PROFESSOR)

COMENTÁRIOS:

“Ele” não poderá ser verdadeiro e falso ao mesmo tempo.

GABARITO ALTERNATIVA “E”

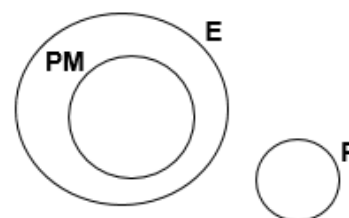
16. (VUNESP – TJ/SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO)

COMENTÁRIOS:

“Primos de Miriam” = PM

“Escriventes” = E

“Pamela” = P



Se “Pamela não é escrevente”, então ela está fora do conjunto “escrevente” (E) e, por consequência disso, está fora do conjunto “primos de Miriam” (PM).

GABARITO ALTERNATIVA “A”